



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ROBERT JOSÉ DA SILVA

**FAKE NEWS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM
EDUCOMUNICATIVA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO (2016-2022)**

RECIFE

2024

ROBERT JOSÉ DA SILVA

**FAKE NEWS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM
EDUCOMUNICATIVA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO (2016-2022)**

Monografia apresentada ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Profa. Dra. Giselda Brito Silva

RECIFE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S586f

Silva, Robert José da.

Fake news e o ensino de história: uma abordagem educacional no combate à desinformação (2016-2022) / Robert José da Silva. – Recife, 2024. 55 f.

Orientador(a): Giselda Brito Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências.

1. Educomunicação. 2. História - Ensino e estudo. 3. Extrema-direita. 4. Fake news 5. Internet. I. Silva, Giselda Brito, orient. II. Título

CDD 909

ROBERT JOSÉ DA SILVA

**FAKE NEWS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM
EDUCOMUNICATIVA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO (2016-2022)**

Monografia apresentada ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giselda Brito Silva (DEHIST/UFRPE
– Orientadora)

Profa. Dra. Lúcia Barbosa da Silva
(DEHIST/UFRPE – Examinadora interna)

Prof. Dr. Lucas Victor Silva (DED-UFRPE-
Examinador interno)

Trabalho de conclusão de curso (TCC): Aprovado com média 10.

Recife, 10 setembro de 2024

Dedico esta dissertação aos meus sobrinhos: Arthur, Calebe, Cristofer, Mariana e Windson, com a sincera esperança de que vocês, assim como eu, possam ter acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Que este trabalho contribua para o avanço do conhecimento e para a construção de um futuro acadêmico brilhante para cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

Mais do que uma realização pessoal, a conclusão deste curso simboliza uma conquista coletiva que compartilho com todos os amigos e familiares que estiveram ao meu lado durante essa jornada. Essa realização é também a prova concreta de que uma família de trabalhadores pode ter seu primeiro membro formado em uma universidade pública.

Agradeço primeiramente a Deus, por Sua constante fidelidade e Seu amor incondicional. Rendo-lhe graças por todas as Suas bênçãos em minha vida. “Rendei graças ao Senhor, porque Ele é bom, porque a Sua misericórdia dura para sempre.” (Salmos: 136.1).

À minha mãe, Margareth, expresso minha profunda gratidão pelo cuidado, carinho e confiança que sempre me ofereceu. Obrigado por acreditar em minha capacidade. Se cheguei até aqui, é graças ao seu esforço e à sua criação. És minha luz, meu caminho e minha felicidade!

Ao meu pai, Manoel, que, à sua maneira, me deu todo o apoio necessário nesta jornada.

À minha família, agradeço pelos constantes incentivos e pelas palavras de afeto que sempre me impulsionaram. À Elida e à Laninha, sou grato pelos gestos de carinho e por sua amizade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Giselda Brito Silva, agradeço por ter guiado meu caminho, acreditado em meu potencial e possibilitado a realização de um sonho, tudo isso permeado pelo seu carinho, respeito e profissionalismo exemplares.

Aos meus queridos amigos de graduação: Beatriz Mallemont, Douglas Kettner, João Vitor, Luanna Stephanny (*in memoriam*), Maria Eduarda e Victor Gabriel, sou imensamente grato por terem compartilhado comigo o cotidiano universitário, tornando minha vida mais leve e divertida. Juntos, superamos obstáculos e nos apoiamos mutuamente.

Não posso deixar de mencionar minha dupla inseparável, Benji, que esteve ao meu lado em todos os momentos bons e difíceis, em todos os trabalhos e estágios. Agradeço de coração por sua amizade e por nossa parceria.

Meu sincero agradecimento ao Prof. Dr. Humberto Miranda, que me encaminhou na iniciação científica através de uma bolsa para atuar no Laboratório de Infâncias do Nordeste (LAHIN). Essa experiência me proporcionou a oportunidade de trabalhar também na Escola de Conselhos de Pernambuco (ECEPE) e no Arquivo Público Estadual. Sou grato aos amigos que fiz durante esse período: Anderson Silva (meu coordenador), Beatriz Sampaio, Elton, Lucas, Mário e Maciel (servidor).

Agradecimentos à Prof. Dr. Lúcia Falcão pela inspiração para o tema em sua disciplina de Linguagens Alternativas para o Ensino de História.

Agradeço à Universidade Federal Rural de Pernambuco, bem como a seus servidores, técnicos e docentes, pelo esforço coletivo em prol de uma educação pública de qualidade. Com particular destaque para os meus Professores e Professoras do Departamento de História.

Por fim, agradeço a todos que, de maneira direta ou indireta, me inspiraram na escolha da profissão, me auxiliaram, acreditaram em mim ou simplesmente ofereceram uma palavra de conforto e apoio em algum momento dessa longa jornada.

Este trabalho é fruto do medo e da saudade. Medo do avanço do extremismo, do preconceito, do ódio, da violência, do sectarismo político, da desunião familiar, da insensibilidade humana, do colapso democrático, da negação da História e da falta de perspectivas de futuro. Medo, afinal, do fascismo!

Saudade de um passado onde éramos mais felizes, onde vacina no braço era sinônimo de cidadania, onde familiares e políticos podiam ter múltiplas visões de mundo e todos tinham o direito de existir. Saudade de um tempo onde a tolerância era a regra e o respeito às diferenças uma construção cotidiana. Saudade, afinal, da paz, do diálogo, da humanidade e da felicidade!

“[...] o presente tornando-se história sob nossos olhos; o passado se sobrepondo no presente; o futuro não mais como expectativa, mas como uma repetição; o imediato inundado por mentiras e falseamentos históricos. Todas essas, guardam relações com o impacto das redes sociais no ensino de História” (2018, p. 71).

Vanessa dos R. Domingues

RESUMO

Este trabalho historiográfico tem como objetivo analisar o “fenômeno das *fake news*” e suas correlações com o avanço da extrema-direita na Internet, destacando a necessidade de examinar o lugar da educação, particularmente do ensino de História, para o combate à desinformação e a garantia do regime democrático em nossa sociedade, com foco no período de 2016 a 2022. Em um contexto de avanço do extremismo e de negação das ciências, é preciso compreender como e por que as narrativas históricas têm sido manipuladas para influenciar as consciências individuais e coletivas através do Ciberespaço, com fins políticos. À vista disso, busca-se indicar a Educomunicação, sob a perspectiva de Ismar de Oliveira Santos (2011), como uma área do conhecimento capaz de auxiliar no combate ao cenário de desinformação, através de uma abordagem que revise as práticas de ensino e implemente uma nova *práxis* educativa baseada no diálogo democrático, na inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas, e no desenvolvimento de projetos que estimulem o letramento midiático e informacional dos discentes. Esperamos que essa revisão bibliográfica contribua para encontrar soluções no enfrentamento do negacionismo e do revisionismo histórico, retomando assim o protagonismo do ensino de História na formação das identidades e na construção da cidadania, evitando o progresso do neofascismo e as ameaças às democracias.

Palavras-chaves: Educomunicação; História - Ensino e estudo; Extrema-direita; *Fake news*; Internet;

ABSTRACT

This historiographical work aims to analyze the "fake news phenomenon" and its correlations with the rise of the Far-Right on the Internet, highlighting the need to examine the role of education, especially in the context of History, in combating disinformation and safeguarding the democratic regime in our society, focusing on the period from 2016 to 2022. In the context of the rise of extremism and scientific denialism, it is necessary to understand how and why historical narratives are being manipulated to influence collective and individual consciences through Cyberspace for political purposes. In light of this, this essay seeks to recommend "Educommunication," from the perspective of Ismar de Oliveira Santos (2011), as a field of knowledge capable of aiding in the fight against the denialist landscape through an approach that reviews teaching practices and implements a new educational praxis based on democratic dialogue, the inclusion of Information and Communication Technologies (ICTs) in schools, and the development of projects that stimulate media and information literacy among students. It is expected that this bibliographic review will contribute to finding solutions for combating historical denialism and revisionism, reclaiming the protagonism of History education in identity formation and citizenship building, and avoiding the advance of neofascism and threats to democracy.

Keywords: Educommunication; History Education; Far-right; Fake News; Internet;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP: Brasil Paralelo

HTP: História do Tempo Presente

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação

WWW: *World wide web*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A ERA DAS <i>FAKE NEWS</i> : A INTER-RELAÇÃO ENTRE INTERNET, EXTREMA-DIREITA E RUPTURAS DEMOCRÁTICAS.....	18
2.1.“O FENÔMENO DAS <i>FAKE NEWS</i> ”	20
2.2. POR QUE AS MASSAS SE IDENTIFICAM COM A EXTREMA-DIREITA?.....	26
3. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS <i>FAKE NEWS</i>	30
3.1. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL	30
3.2. COMO O NEGACIONISMO E O REVISIONISMO AFETAM O ENSINO DA HTP?.....	33
3.3. QUAL O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NO CONTEXTO ATUAL DE DESINFORMAÇÃO.....	38
4. EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ALTERNATIVA AO AVANÇO DO EXTREMISMO?	42
4.1.O CONCEITO E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCOMUNICAÇÃO	42
4.2. EDUCOMUNICAÇÃO, <i>FAKE NEWS</i> E ENSINO DE HISTÓRIA	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6. REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o “fenômeno das *fake news*” e suas correlações com o avanço da extrema-direita na Internet, e a necessidade de examinar o lugar da educação, particularmente do ensino de História, para o combate à desinformação e a garantia do regime democrático em nossa sociedade. As *fake news* têm sido uma prática político-ideológica que se utiliza dos mais diversos meios digitais, advindos da Era da Informação¹, para manipular as identidades coletivas, questionar conhecimentos científicos e disseminar mentiras. Nesse sentido, este trabalho tem como foco compreender os impactos do negacionismo² e do revisionismo na aprendizagem histórica dos indivíduos, além de analisar como a manipulação do passado se reflete nas realidades políticas experienciadas pela sociedade no presente, com ênfase no período de 2016 a 2022, quando tal fenômeno evidenciou-se com maior intensidade no Brasil, por meio da manipulação ideológica das frustrações sociais das pessoas em relação ao Estado Democrático, suas instituições e as classes políticas.

Uma das ciências afetadas pelo atual cenário desinformacional é a História. Os disseminadores de notícias falsas negam acontecimentos históricos, revisam e alteram o passado em função de seus propósitos ideológicos e autoritários. Essas ações têm corroído as instituições democráticas e promovido a naturalização do racismo, da intolerância, da xenofobia, da violência e do desprezo aos Direitos Humanos. Diante desta ameaça, o ensino de História apresenta-se com o compromisso de combater as *fake news* através da formação de uma consciência histórica que tenha como princípio a cidadania.³ Ou seja, o respeito à diversidade, à dignidade humana, à promoção dos valores democráticos, o combate ao preconceito, à discriminação e à alienação.

À vista disso, em nossa pesquisa, no campo do ensino de História, almeja-se indicar a Educomunicação, sob a perspectiva de Ismar de Oliveira Santos (2011), como uma área do conhecimento que pode auxiliar no combate à desinformação e na constituição da cidadania, por meio de uma abordagem que inclua as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

¹ A “Era da Informação” refere-se a um período histórico caracterizado pelo rápido avanço tecnológico e pela ampliação do acesso à informação. O advento da Internet e dos computadores podem servir como exemplos desse período.

² O termo “negacionismo” surgiu para descrever grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa de judeus durante o regime nazista. Foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso. (Valim; Avelar; Berber, 2021, p.14).

³ A cidadania pode ser compreendida como: “[...], participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”. (Brasil, 1998, p. 5).

no ambiente escolar, insira o letramento das mídias como prática pedagógica e reavalie os paradigmas que alicerçam as lógicas educacionais em tempos de pós-verdade, negacionismo e extremismo político. A partir do arcabouço historiográfico fornecido pelas obras de Claire Wardle (*"Fake News, It's complicated"*), Dilton Maynard ("A rede ao sul da América: um ensaio sobre a Argentina e a extrema-direita na internet"), Maria Costa e Anderson Romanini ("A educomunicação na batalha contra as *fake news*"), Tatiane Dourado e Wilson Gomes ("O que são, afinal, *fake news*, enquanto fenômeno de comunicação política?"), busca-se compreender o fenômeno das *fake news*. A análise do ensino de História foi subsidiada por Vanessa Domingues ("Ensino de História do tempo presente na era das redes sociais"), Circe Bittencourt ("Ensino de História: fundamentos e métodos"), Ianni Borges ("O negacionismo em sala de aula: e agora professor (a)?"), Tammi Silva ("*Fake News*: como ensinar os alunos a lidarem com essa realidade?"). O conceito de consciência histórica foi abordado por Luis Cerri ("Ensino de História e consciência histórica" e "Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história"). Por sua vez, os estudos sobre Educomunicação foram embasados por Eliana Ferreira ("Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional"), Ismar Soares ("Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação"). Para além disso, conceitos relacionados ao mundo da Internet foram analisados por Pierre Lévy ("Cibercultura"). Essa revisão bibliográfica visa responder à seguinte questão: como pode o Ensino de História contribuir para a formação de cidadãos críticos, habilitados a identificar o falseamento das memórias/narrativas históricas e a defender os princípios democráticos contra movimentos neofascistas⁴, por meio de uma abordagem educacional comunicativa?

No primeiro capítulo, discute-se o contexto de surgimento das *fake news*, suas tipificações, os disseminadores, os objetivos e as consequências. Concomitantemente, debate-se sobre a influência dos meios digitais no processo de desconfiança das instituições que compõem o Estado de Direito Moderno, por significativas massas populares, que passaram a se identificar com políticos extremistas. No segundo capítulo, é feita uma análise da trajetória do Ensino de História no Brasil, destacando a renovação de concepções historiográficas que passaram a reconhecer a importância das pautas identitárias e a história dos

⁴ "Denominamos de fascismo, algumas vezes mais corretamente no plural – fascismos –, o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945." (Silva, F., 2005, p. 112). O termo "neofascismo" refere-se a uma ressurgência ou adaptação contemporânea de ideologias e práticas associadas ao fascismo do século XX.

"vencidos/excluídos"⁵ na construção do país. Paralelamente, discorre-se sobre como essa nova história é alvo preferencial do negacionismo/revisionismo da extrema-direita na Internet, especialmente em relação à História do Tempo Presente no Brasil (HTP). Posteriormente, destaca-se o compromisso que o ensino de História deve ter no combate às *fake news*, na formação das identidades e na defesa do regime democrático. Por fim, o terceiro capítulo, apresenta o conceito de Educomunicação, que propõe uma nova *práxis* educativa baseada no desenvolvimento de Ecossistemas Comunicativos. Isso significa promover uma relação mais democrática entre todos os membros da comunidade escolar, reconhecendo os discentes como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem e integrando suas realidades aos conteúdos escolares. Destaca-se a inserção das TICs, bem como o Letramento Midiático (alfabetização digital), como fundamentais para a reaproximação da escola dos jovens e, conseqüentemente, para a defesa da democracia.

O termo *fake news* pode ser definido como, “relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas em seus efeitos.” (Dourado; Gomes, 2019, p. 5). Os agentes da extrema-direita utilizam-se da desinformação para semear o ódio, a discórdia, o medo e o rechaço aos preceitos que constituem o Estado de Direito. Ao mesmo tempo, porém, elegem-se pelo sistema que tanto criticam, para desestruturá-lo por dentro, cerceando direitos, dizimando minorias, instituindo inimigos imaginários, naturalizando preconceitos e descredibilizando as instituições. Em suma, elegem-se e instauram regimes autoritários baseados no neofascismo e em princípios fundamentalistas. Como observado por Levitsky e Ziblatt (2018, p. 15), no contexto atual, as "Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos — presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder”. Há, portanto, um retrocesso de incipientes e já consolidadas democracias em países como: “Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia, Ucrânia, Israel, entre outros.” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 16). Logo, é fundamental estar atento, pois, como afirmou Francisco Silva (2005, p. 112), "Não podemos tratar o fascismo como um movimento morto, pertencente à história e sem qualquer papel político contemporâneo.”

Na Era da pós-verdade, os cidadãos comuns, indignados quanto ao contexto social e econômico atual e insuflados pelos extremistas de direita, passam a definir o que é verdade ou

⁵ O conceito de "história dos vencidos" refere-se a uma abordagem historiográfica que busca dar voz e visibilidade às experiências, narrativas e perspectivas das pessoas e grupos que foram marginalizados, oprimidos ou derrotados ao longo da história. Por exemplo, a população negra, os indígenas, a comunidade LGBTQ+, as mulheres, entre outros.

mentira, não mais através da lógica da confiança no conhecimento científico, ou na segurança das instituições concebidas no Estado de Direito Moderno: “A natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança.” (Giddens, 1991, p. 77). Sendo assim, a desconfiança faz com que as noções sejam definidas por emoções: “Um relato é verdadeiro ou falso não em função dos fatos a que se referem, mas em virtude dos valores que reforçam, dos princípios que sustentam.” (Dourado; Gomes, 2019, p. 8). A partir desse *modus operandi*, e impulsionado pelas tecnologias da comunicação, a ciência histórica é afetada. Os negacionismos/revisionismos acerca dos eventos da História do Tempo Presente (HTP), também conhecida como História Contemporânea, relacionados tanto à história mundial quanto nacional, têm ganhado considerável destaque na internet, fomentando a disseminação de mentiras e a disputa de narrativas em torno de temas como a Ditadura civil-militar no Brasil e as ideologias do comunismo e nazifascismo: “[...] as redes sociais produzem e reproduzem uma determinada versão sobre temas da atualidade, se tornando um canal com grande audiência potencializando o "des" ensino de história.” (Domingues, 2018, p. 1).

Compreende-se, portanto, que o estudo sobre o avanço dos movimentos de extrema-direita e suas influências nas sociedades, nos projetos de educação e no próprio Ensino de História é imprescindível para o entendimento do tempo presente. Isso ocorre especialmente devido ao advento das mídias digitais, que modificaram as lógicas sociais e as formas pelas quais as pessoas veem, aprendem e interagem no mundo globalizado. Além disso, discutir tais problemáticas em tempos de pós-verdade, *fake news* e retrocessos democráticos não é apenas relevante, mas também essencial, porque alicerça a História, enquanto ciência, como parte tanto afetada — por revisionistas e negacionistas — como também integrante no entendimento dessas questões que entram em conflito com os princípios que constituem a sua prática de ensino, ou seja, a razão pela qual é ensinada: “A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do cidadão político.” (Bittencourt, 2005, p. 121). Dessa maneira, o Ensino de História, combinado com uma perspectiva educacional, tem a obrigação de combater as *fake news*, pois, visa formar para cidadania, ou seja, é fundamental refletir sobre a importância de educar para leitura das mídias, “[...] uma vez que o cenário atual, em ambientes democráticos, apresenta desvirtuamento de processos eleitorais em decorrência de multiplicação e repasse de mentiras que afrontam direitos básicos do ser humano.” (Rodrigues *et al.*, 2019, p. 1).

Abordar essa temática em uma pesquisa mostra-se, portanto, importante para apresentar respostas e soluções às questões do presente. Num contexto de avanço do

extremismo e de ameaças à ciência histórica, este trabalho visa reconhecer o problema e buscar soluções que possam auxiliar os docentes a enfrentarem as consequências do manejo político-ideológico dos fatos históricos. Soma-se, assim, aos demais estudos sobre o tema que ainda é revestido de incertezas e merece um debate mais amplo e aprofundado. Os historiadores devem aproveitar a oportunidade enquanto o tema ainda pode ser discutido livremente nos locais onde a democracia ainda não foi usurpada pelo neofascismo. Talvez ainda haja tempo para implementar soluções ao tema.

Essa pesquisa, por fim, insere-se na perspectiva da História do Tempo Presente, partindo da ideia de que "A história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente." (Chauveau; Tétart, 1999, p. 15). Os estudiosos investigam eventos/aspectos do presente em virtude de uma demanda social que esclareça as questões que impactam, modificam e revolucionam as sociedades e suas formas de interagir com o mundo. Inserido nesse contexto, encontra-se o historiador, que, impactado pelos acontecimentos deste último século sobre os seres humanos, sente à vontade de "reagir", ou seja, com o devido cuidado histórico — tenta explicar o presente. Mais do que isso, tenta sobreviver ao presente que está sendo manipulado em função de destruir memórias, narrativas e indivíduos.

2. A ERA DAS *FAKE NEWS*: A INTER-RELAÇÃO ENTRE INTERNET, EXTREMA-DIREITA E RUPTURAS DEMOCRÁTICAS

A partir da segunda metade do século XX, a humanidade testemunhou um rápido avanço tecnológico na área da comunicação, influenciado pelas disputas políticas em torno da hegemonia científica entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, durante a Guerra Fria⁶ (1947-1991). Nesse período, ocorreu o desenvolvimento da comunicação via satélite, marcado pelo início das transmissões de televisão e das chamadas telefônicas. Além disso, em 1960, surge a Internet a partir de um projeto do exército americano, cujo objetivo era “[...] criar um sistema de informação e comunicação em rede, que sobrevivesse a um ataque nuclear e dinamizasse a troca de informações entre os centros de produção científica.” (Corrêa, 2013, p. 17). O *ARPANET* foi o embrião da rede mundial de computadores e era restrito ao uso militar e a alguns centros de pesquisa. Ao longo das décadas e a partir do advento do computador pessoal, o acesso à rede foi ampliado ao público em geral. Inicialmente, seu uso comercial teve início via linha discada. Posteriormente, com o surgimento da banda larga, as velocidades de conexão aumentaram. Hoje, a ampliação do acesso à Internet ocorre principalmente através do uso dos *smartphones*, que possibilitam uma conexão quase que onipresente no cotidiano social.

O filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy cunhou o termo Ciberespaço para denominar “[...] O espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” (Lévy, 1999, p. 92). Ou seja, nada mais é do que o espaço (sem limites físicos) em que a Internet ocorre por meio da pesquisa e/ou da comunicação entre as pessoas. Concomitantemente, às ações humanas no universo virtual originam padrões específicos de sociabilização entre os usuários. A isso chamamos de Cibercultura “Conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (Lévy, 1999, p. 17). Nesse sentido, a interação de múltiplas culturas no ambiente virtual gera uma sociedade alternativa, com a constituição de preceitos e normas sociais próprias. Isso ocorre através das comunidades virtuais que são construídas “[...] sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais.” (Lévy, 1999, p. 127). No contexto atual da Internet, essas

⁶ A Guerra Fria foi o confronto ideológico, político, econômico, científico e militar travado entre os Estados Unidos (capitalista) e a União das Repúblicas Soviéticas (Socialista) e seus aliados. A disputa teve início após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, e durou até a queda do Muro de Berlim, em 1991.

comunidades podem ser definidas como bolhas virtuais, onde a experiência do usuário é delimitada por padrões de consumo de dados gerenciados por algoritmos. Ou seja, os internautas tendem a se comunicar com pessoas que compartilham das mesmas opiniões, valores e princípios: “Os indivíduos tendem a receber apenas informações alinhadas às suas preferências, aproximando pessoas que têm opiniões semelhantes e afastando as que pensam de forma diferente.” (Costa; Romanini, 2019, p. 69). Essa realidade fortalece a disseminação das *fake news* e dificulta a valorização da diversidade, do respeito às diferenças e da tolerância mútua, características básicas das democracias.

Além disso, a conjuntura desinformacional atual se destoa das considerações idealizadas por Pierre Lévy acerca da Internet. No início deste século, o autor destacava as potencialidades do Ciberespaço na relação dos indivíduos com as cidades e propunha que a rede pudesse “[...] [reconstituir o] laço social, desburocratizar as administrações, otimizar em tempo real os recursos e equipamentos da cidade, experimentar novas práticas democráticas.” (Lévy, 1999, p. 186). A Internet ainda poderia possibilitar o avanço das ciências, dos debates na busca pacífica por soluções aos mais diversos problemas e o desenvolvimento da Inteligência Coletiva ao viabilizar o acesso “infinito” ao conhecimento:

O Ciberespaço se constitui numa oportunidade sem paralelo para que o desenvolvimento da Inteligência Coletiva se intensifique. A Inteligência Coletiva seria: A capacidade do homem em desenvolver processos de promoção cultural, em que cada cidadão, através de uma comunicação livre e igualitária, contribui de forma autônoma em sua construção. (Lévy, 1999, p. 21).

A partir dessa perspectiva que destaca o potencial positivo da rede, Pierre Lévy idealizou o conceito de Ciberdemocracia, segundo o qual o destino dos regimes democráticos estaria relacionado ao uso da Internet, aprimorando a democracia ao ampliar as possibilidades de atuação dos cidadãos na proposição de ideias e na fiscalização das políticas públicas:

Uma democracia eletrônica visaria encorajar os cidadãos através do Ciberespaço a: expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos. (Lévy, 1999, p. 186).

Nesse sentido, é inegável afirmar que o advento da Internet impulsionou o avanço científico e tecnológico, reduziu burocracias, encurtou distâncias, gerou novas formas de produção do conhecimento e de consumo de informações. Em suma, a Internet revolucionou a forma como os seres humanos agem, sentem e percebem o mundo. No entanto, também possibilitou seu mau uso de diversas formas. Pierre Lévy talvez tenha concebido uma visão muito entusiasmada sobre o emprego do Ciberespaço quanto aos benefícios às democracias, ou acreditado em excesso na capacidade humana de gerir uma tecnologia de uma magnitude

tão ampla e com oportunidades múltiplas. O panorama contemporâneo, portanto, reflete justamente uma sociedade imersa em um turbilhão de crises que se utiliza das redes não para auxiliar na busca por soluções, mas para inflamar, mentir e manipular informações em benefício próprio: “Encontramo-nos num momento de aumento dos ‘achismos’ insuflados pelas organizações sociais de extrema-direita em redes sociais, com largo uso de *Fake News* utilizadas para bombardear a opinião coletiva.” (Borges, 2022, p. 41). Desse modo, torna-se fundamental compreender quais grupos estão usando as mídias digitais para manipular as mentalidades coletivas a negar o conhecimento científico, desacreditar instituições e polarizar as sociedades em prol de um ideário conservador, radical e autoritário.

2.1. “O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS*”

O termo *fake news* “[...] é comumente usado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio da transmissão de informações desonestas”. (Unesco, 2019, p. 7). Este fenômeno ganhou notoriedade a partir da eleição que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016⁷. O então candidato republicano utilizou-se da disseminação de informações falsas para influenciar eleitores, por meio da contratação de uma empresa especializada em análise e mineração de dados. A Cambridge Analytica⁸ favoreceu Trump ao examinar informações pessoais dos eleitores (opiniões, desejos, medos, etc.) e usá-las de maneira ilegal para modificar o debate político, disseminar pautas de campanha e prejudicar adversários. No ano seguinte, essa companhia também influenciou o contexto social e político britânico ao interferir no plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), difundindo *fake news* a favor da proposta, como revelado por diversos jornais⁹ e pelo documentário “Privacidade Hackeada”.¹⁰

No Brasil, o fenômeno das *fake news* está intimamente ligado ao crescimento dos movimentos de ultradireita na Internet, que manipulam as pessoas explorando suas indignações sociais diante das crises e dificuldades do presente. Esse processo tem

⁷ Fake news e a eleição de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁸ A relação entre Donald Trump e a Cambridge Analytica. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁹ “O ‘Brexit’ não teria acontecido sem a Cambridge Analytica”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765_703094.html. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹⁰ “Privacidade Hackeada” (2019), documentário da Netflix, mergulha na intrincada interconexão entre as redes sociais, a coleta de dados pessoais e a manipulação política pela Cambridge Analytica. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/>. Acesso em 29 mar. 2024.

contribuído para a intensificação da polarização e radicalização política no país. Nesse sentido, pode-se apontar que o marco inicial deste processo ocorreu nas Jornadas de Junho de 2013, com a proliferação de protestos em favor de melhorias nos transportes públicos e nos demais serviços prestados à população. Naquele momento, com auxílio das incipientes redes sociais, iniciou-se uma revolta de setores da sociedade contra os maus serviços públicos, o custo de vida, a corrupção e os *establishments* políticos, que passaram a ser amplamente (e com ímpeto) malvistas pela população. (Souza; Diniz, 2021).

Aliado a essa insatisfação, anos mais tarde, diversos setores, inclusive autoritários e extremistas, promoveram o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), devido às inúmeras denúncias de corrupção e à crise econômica que o país enfrentava em 2016. O afastamento, porém, tinha mais causas políticas do que jurídicas, visto que, desde a reeleição de Dilma em 2014, a oposição extremista estava insatisfeita por não ter vencido nas urnas e utilizou um golpe jurídico para destituir uma presidente democraticamente eleita.¹¹ Este processo de *impeachment* contribuiu para a crescente desconfiança da sociedade nas instituições e na própria democracia, exacerbando a divisão no país e espalhando o ódio autoritário. Daí em diante, os *outsiders* chegam à política apoiados pelas redes de ódio no Ciberespaço, apresentando supostas soluções milagrosas para os problemas contemporâneos por meio da negação da política, do Estado e dos direitos civis e sociais de minorias e majorias discriminadas. Eles inauguram uma nova forma de fazer política, marcada pela disseminação de mentiras nos ambientes virtuais e por um radicalismo conservador alinhado ao neofascismo, com Donald Trump sendo o pioneiro.

O caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), à Presidência da República em 2018 estava pavimentado. A desconfiança nas instituições, a raiva contra as elites políticas e as incertezas quanto aos múltiplos desafios enfrentados pelos cidadãos no seu cotidiano deram suporte à sua candidatura.

Inspirado nos moldes trumpistas, Jair Bolsonaro baseou sua campanha na “lacração” ideológica nas redes sociais e em promessas milagrosas para resolver os problemas do país. Seus discursos de ódio contra as classes políticas corruptas, o comunismo e os movimentos progressistas fundamentaram sua eleição. A suposta defesa de um conservadorismo moral e de um espírito patriótico o levou ao Palácio do Planalto, alavancado pela insatisfação popular

¹¹ Decisão que inocenta Dilma reforça que impeachment foi golpe de Estado. UOL. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jeferson-tenorio/2023/08/22/decisao-que-inocenta-dilma-reforca-que-impeachment-foi-golpe-de-estado.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

com as elites políticas. Embora Bolsonaro estivesse na vida pública nacional há décadas, seu estilo polêmico e atípico para um político chamou atenção e conquistou os eleitores já desacreditados nas instituições.

A eleição de Jair Bolsonaro evidenciou uma de suas características fundamentais: o uso de *fake news*. Um dos exemplos mais citados foi a mentira sobre o “kit gay distribuído nas escolas.”¹² Além disso, o ataque mentiroso aos adversários é outra artimanha utilizada. A campanha adversária foi bombardeada pelo uso de informações falsas na Internet, especialmente de cunho pessoal contra Fernando Haddad (PT). Exemplos dessas mentiras incluíram afirmações como “Haddad defende incesto e o comunismo” e “Haddad pretende legalizar a pedofilia”, entre outras. Ao mesmo tempo, Bolsonaro também ameaçou a democracia ao atacar reiteradamente e sem provas o sistema eleitoral brasileiro.¹³

Durante o governo de Jair Bolsonaro, os efeitos do negacionismo e da disseminação de *fake news* foram desastrosos, podendo ser considerados até mesmo crimes contra a humanidade. No contexto da pandemia de COVID-19, de 2020 até 2022, o presidente da República negou a gravidade da pandemia, que matou milhões de pessoas em todo o mundo. Bolsonaro debochou, minimizou a crise e não tomou as medidas necessárias para enfrentar a situação¹⁴. Defendeu o uso de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina, sem nenhuma comprovação científica de eficácia no combate à doença. Questionou a eficácia das vacinas que estavam sendo distribuídas e chegou a associá-las ao vírus da imunodeficiência

¹² El País. (2018, 19 outubro). *Fake news* que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 29 ago. 2024.

¹³ Brasil de Fato. (2022, 18 julho). Bolsonaro espalha fake news contra sistema eleitoral para embaixadores; oposição vai à Justiça. <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/18/bolsonaro-espalha-fake-news-contra-sistema-eleitoral-para-embaixadores-oposicao-vai-a-justica>. Acesso em: 29 ago. 2024.

UOL. (2023a, 12 de janeiro). Veja o que Bolsonaro já disse sobre as urnas eletrônicas e fraude em eleição sem apresentar provas. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-urnas-eletronicas-e-fraude-em-eleicao-sem-apresentar-provas.shtml>. Acesso em 29 ago. 2024.

¹⁴ UOL. (2020b, 10 de março). 'É fantasia', diz Bolsonaro sobre crise causada por epidemia de coronavírus. BBC News Brasil. <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/10/e-fantasia-diz-bolsonaro-sobre-crise-nos-mercados-causada-por-epidemia-de-coronavirus.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Reuters. (2020c, 17 de março). Bolsonaro volta a falar em histeria e diz que medidas contra coronavírus afetam economia. Reuters. <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/17/bolsonaro-volta-a-falar-em-histeria-e-diz-que-medidas-contra-coronavirus-afetam-economia.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

UOL. (2020d, 24 de março). 'Gripezinha': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

UOL. (2020e, 24 de maio). Bolsonaro vai a aglomeração em Brasília, pega criança no colo e rebate STF. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/24/bolsonaro-participa-de-ato-com-aglomeracao-em-brasilia.htm>

UOL. (2020f, 25 de março). Sem dados, Bolsonaro diz que tratamento para covid-19 dá bons resultados. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/25/sem-dados-bolsonaro-diz-que-tratamento-para-covid-19-da-bons-resultados.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

UOL. (2020g, 16 de março). Bolsonaro está convencido de que coronavírus é um plano do governo chinês. <https://noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2020/03/16/bolsonaro-esta-convencido-de-que-coronavirus-e-plano-do-governo-chines.htm>. Acesso em 29 ago. 2024.

humana (HIV). Atrasou a compra dos imunizantes e associou o vírus ao governo comunista chinês, criando uma crise diplomática e um inimigo fictício para desviar a atenção do público em meio à sua incompetência em gerir o problema. Como comandante em chefe, não deu o exemplo, ao não usar máscaras e nem evitar aglomerações. Sabotou o isolamento social por preocupações econômicas, sem nenhuma consideração pelas vítimas. Como resultado, ocorreram 693.881 mortes de brasileiros entre 2020 e 2022.¹⁵ Essas vítimas poderiam ter sido menos numerosas se os extremistas autoritários não tivessem chegado ao poder no Brasil e em diversos outros países. O negacionismo e o uso de *fake news* são marcas do bolsonarismo, que se fundamentam na manipulação das emoções das pessoas para beneficiar seu clã político e atacar sistematicamente as instituições, o sistema eleitoral e as mais diversas ciências, tudo isso subsidiado pelo uso político das mídias digitais, por meio de uma visão de mundo extremista, retrógrada e fascista.

Nesse contexto, a rápida propagação da desinformação e a consequente interferência em processos eleitorais revelaram uma forte presença de grupos de extrema-direita na Internet que agem de maneira interligada entre os países, visando difundir o neofascismo e instituir governos autoritários. No Brasil e no mundo, essas comunidades virtuais extremistas aproveitam-se das frustrações sociais advindas dos sistemas políticos tradicionais, das crises econômicas e da manipulação ideológica para dividir a sociedade, propagar ódio, preconceitos e reunir seguidores. Apesar das diferenciações entre esses diversos grupos, podemos identificar traços comuns entre eles, tais como:

[...] retórica de unidade racial, nacional e destino comum; convicção de um *status quo* ameaçado; ideias de supremacia racial; visão de mundo de utopia revolucionária que busca derrubar a ordem existente; Antiliberalismo; Anticomunismo; ódio ao outro conveniente que pode ser o judeu, em âmbito universal, mas que apresenta variações em esferas locais (nordestinos, gays, muçulmanos, latinos). (Maynard, 2013, p. 4).

A propaganda neofascista, atraente e manipuladora, com princípios de unificação, tradição, progresso, superioridade racial e combate aos inimigos – judeus, gays, ciganos, imigrantes, comunistas, considerados opositores da ordem – tem chamado a atenção daqueles que buscam uma solução e um culpado para as crises nacionais. Através de discursos, músicas, folhetos, cartazes, livros, revistas e principalmente pela Internet, os movimentos neofascistas doutrina e veiculam suas ideias. Apropriam-se do ciberespaço, promovendo espaços virtuais de sociabilidade para suas facções, cooptando assim adeptos à sua “causa”. (Silva, K., Maynard, 2011, p. 2).

Além disso, é importante observar que o atual cenário de desinformação não se restringe apenas às eleições, às instituições e aos princípios democráticos. As mais diversas

¹⁵ Dados disponíveis no portal Corona Vírus Brasil. <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

áreas do conhecimento científico também estão sendo impactadas por discursos relativistas e negacionistas. A disseminação de ideias como o terraplanismo¹⁶, a negação da crise climática, a propagação do movimento *antivax*¹⁷ e a manipulação das memórias históricas com objetivos político-ideológicos, demonstram o quão presentes e perigosas são as *fake news* na contemporaneidade. Sendo assim, as bases do conhecimento moderno e a formação das identidades estão agora sob influência da extrema-direita, e são pautadas pela lógica da pós-verdade, na qual:

A verdade científica, objetiva e/ou factual perde sua importância na disputa de narrativas. As pessoas passam a escolher no que acreditar, movidas por emoções ou crenças. São opiniões ou mentiras compartilhadas e acreditadas, sem nenhum juízo de verdade ou fontes. (Borges, 2022, p. 21).

É perceptível, portanto, compreender a ligação entre a naturalização das mentiras no cotidiano, impulsionadas pela facilidade de propagação das notícias nas mídias digitais, com a consequente crise de credibilidade das ciências, do jornalismo profissional e do Estado de Direito. Mas como esses extremistas se utilizam das *fake news* na Internet para conseguirem tais efeitos? A acadêmica Claire Wardle, especialista em comunicação social, identificou sete tipos de notícias falsas que podem ser utilizadas por esses grupos para disseminar a desinformação no ambiente virtual (2017). São elas:

- 1º - Sátiras ou paródias: Esses conteúdos são criados com a intenção de ridicularizar indivíduos, organizações ou Estados. Claire Wardle defende sua tipificação como *fake news*, pois podem ter motivações políticas e os leitores podem não ser capazes de distinguir entre uma notícia real e uma sátira;
- 2º- Falsa conexão: São quando manchetes, imagens ou legendas não dão suporte ao conteúdo clicado. Ou seja, quando o usuário tenta interagir com a notícia, ele é redirecionado para uma página diferente da esperada;
- 3º - Conteúdo enganoso: Usa uma notícia propositalmente falsa para difamar um assunto ou um indivíduo;
- 4º - Conteúdo falso: São conteúdos verídicos, mas que são utilizados fora de contexto com o objetivo de atrair atenção para a notícia e prejudicar/difamar pessoas ou instituições;

¹⁶ Terraplanismo é a crença de que a Terra é plana, contrariando o consenso científico de que o planeta é esférico.

¹⁷ O movimento *Antivax* pode ser definido como um grupo que se opõe à vacinação, espalhando desinformação sobre a segurança e a eficácia das vacinas. Esses movimentos intensificaram-se com a popularização das redes sociais na era da pós-verdade.

- 5º - Conteúdo impostor: São sites que imitam portais de jornais profissionais (aparência e estilo de escrita), com o objetivo de atribuir uma notícia falsa a uma fonte considerada como confiável pela sociedade;
- 6º - Manipulação de conteúdo: Ocorre quando informações, imagens ou vídeos verídicos são editados para distorcer a verdade e prejudicar indivíduos ou instituições com a criação de notícias falsas;
- 7º - Conteúdo fabricado: São notícias completamente inventadas, sem qualquer base na realidade, criadas com o objetivo de enganar o público.

Deve-se ressaltar que esses diferentes métodos de propagação de mentiras são impulsionados pelas próprias lógicas comunicativas estabelecidas no Ciberespaço. A Internet revolucionou a forma como os indivíduos recebem informações e se comunicam, permitindo que os usuários participem ativamente na construção do ambiente virtual, sem a necessidade de intermediários para repassar notícias. Ao contrário dos meios de comunicação tradicionais, como jornais impressos, emissoras de TV e de rádio, que operam de maneira centralizada e unidirecional. Na Internet qualquer pessoa pode criar e compartilhar informações. Isso tem potencializado o crescimento de grupos extremistas, que encontram no mundo virtual o anonimato para cometer crimes de ódio, o surgimento de bolhas nas redes sociais e a possibilidade de disseminação de publicações mentirosas, com potencial de alcançar milhões de pessoas.

Nesse contexto, vale destacar que a presença da extrema-direita na Internet não é recente. Estudos desenvolvidos por Karla Silva e Dilton Maynard (2011, p. 3-5), demonstram que esses grupos já atuavam desde a *Web 1.0* (1990-2000) em países como Estados Unidos (“Portais *Radio Islam*”), Argentina (“*Libre opinión*”), Espanha/Portugal (“*Nueva Orden*”), e Brasil (“*Valhalla88*”¹⁸). Ou seja, em uma época em que as páginas virtuais eram estáticas e quase não havia interatividade com os usuários, já existiam produções textuais extremistas nas redes. Além disso, essas comunidades fascistas citadas operavam de maneira interligada, possibilitando que os usuários migrassem entre sites que defendiam o antissemitismo, a supremacia branca e a aversão às minorias em diferentes países. Posteriormente, com o desenvolvimento da *Web 2.0*, surgiram tecnologias e plataformas que permitiram uma maior interatividade entre os usuários, como as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *LinkedIn*,

¹⁸ Portal *Valhalla88*: Foi um site extremista brasileiro ativo de 1997 a 2007. Pregava o revisionismo nazista e seus principais alvos eram negros, judeus, gays, imigrantes e nordestinos. O portal foi desativado pela Polícia Federal. (Silva, K., Maynard, 2011, p. 4). Mais informações em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Valhalla88>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Instagram, WhatsApp, TikTok), os blogs e a possibilidade de compartilhamento de fotos e vídeos (*YouTube*), entre outros. Todas essas ferramentas auxiliam os neofascistas em sua usurpação do Ciberespaço com fins político-ideológicos autoritários. No entanto, o contexto desinformativo atual alcançou uma condição ainda mais favorável ao mau uso da Internet e mais propícia à disseminação de mentiras. A ampliação do acesso ao mundo digital e o aumento do uso das redes sociais, combinados com o surgimento da *Web 3.0*, têm agravado e acelerado a manipulação das realidades e das identidades coletivas:

O problema deve se agravar ainda mais com a chegada das *deep fake news*, que usam algoritmos inteligentes, baseados no aprendizado de máquina, para criar vídeos em que a imagem e a voz de qualquer pessoa podem ser introduzidas em situações constrangedoras ou criminosas, sem que o grande público tenha competência para discernir entre o que é realidade e o que é falsidade criada computacionalmente para atingir propósitos espúrios, quase sempre de controle e domínio da esfera pública digital. (Costa; Romanini, 2019, p. 70).

Em síntese, pode-se afirmar que estamos convivendo com uma “[...] naturalização das ideias falsas que se espalham de maneira vertiginosa, por conta da facilidade de propagação advinda da Internet e [das] redes sociais.” (Borges, 2022, p. 15). Os resultados desse sistema desinformativo empregado pela ultradireita já são visíveis em um contexto no qual: “As democracias liberais aparentam aproximar-se de seu crepúsculo – ou ao menos sofrem forte ameaça sob a égide da formação de verdadeiras milícias digitais [...]” (Vianna; Mendonça, 2022, p. 79). O presente, portanto, traduz-se no avanço do extremismo, na ameaça às democracias, na contestação/negação das ciências e na propagação do ódio aos inimigos da extrema-direita. Resta saber, porém, porque significativas massas populares passaram a se identificar com tais pautas radicais e abandonaram os preceitos civilizatórios advindos da formação do Estado Democrático de Direito.

2.2. POR QUE AS MASSAS SE IDENTIFICAM COM A EXTREMA-DIREITA?

Na atualidade, a humanidade enfrenta uma série de crises, incluindo colapsos econômicos, desemprego, insegurança alimentar, crise climática, crises migratórias, terrorismo e guerras. Em meio a essa realidade, encontram-se as pessoas que buscam respostas às questões do presente nos Estados, nas instituições e nas classes políticas. Aproveitando-se desta situação, surgem aventureiros extremistas que disseminam inverdades e oferecem soluções e justificativas superficiais através da propagação do ódio nos meios digitais:

Esse contexto está marcado por grandes incertezas e medos diversos, por crises econômicas cíclicas e pela desconfiança nas instituições políticas e midiáticas. [Propiciando] um terreno fértil para que todo tipo de discurso de ódio, teorias da

conspiração e campanhas difamatórias ganhe maior proporção. (Alves; Maciel, 2020, p. 151).

Nesse cenário, segundo o ideário extremista, as soluções para os problemas contemporâneos envolvem a aniquilação da ideologia política oposta, ou seja, a esquerda e seu suposto “plano” que visa “desestruturar o capitalismo e estabelecer uma dominação político-cultural comunista”, por meio das manifestações culturais (marxismo cultural¹⁹). Assim, os “inimigos” da nação são definidos como o comunismo, o politicamente correto, as organizações não governamentais, a comunidade LGBTQ+, os movimentos feministas, os imigrantes, os ativistas ambientais, o jornalismo independente, a indústria do entretenimento e as minorias étnicas e religiosas que se desviam dos padrões sociais cristãos, entre outros. Toda essa gama de ideias e grupos são apontadas como agentes de uma suposta “degeneração dos costumes” que tradicionalmente fundamentariam as sociedades ocidentais, de acordo com a concepção da extrema-direita. Desse modo, a defesa de um nacionalismo retrógrado, a repulsa a todo tipo de diversidade, o conservadorismo moral, a proteção do livre mercado, a redução do Estado e as políticas econômicas neoliberais²⁰ estariam ameaçadas pelos “esquerdistas”. Sendo assim, a causa das crises globais é relacionada de maneira ideológica e preconceituosa aos movimentos progressistas. Esses discursos radicais são direcionados ao Ciberespaço com fins políticos e acabam por ocasionar uma polarização social, na qual parentes passam a se enxergar como inimigos, tornando o diálogo e o direito à convivência pacífica entre os divergentes, impossível.

A polarização pode destruir as normas democráticas. Quando diferenças socioeconômicas, raciais, religiosas dão lugar a sectarismo extremo, situação em que as sociedades se dividem em campos políticos cujas visões de mundo são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes, torna-se difícil sustentar a tolerância. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 115).

O turbilhão de crises contemporâneas fez com que as sociedades ficassem mais suscetíveis às manipulações midiáticas neofascistas, o que, por consequência, disseminou o ódio, levou os extremistas ao poder e ameaçou democracias. Os cidadãos comuns manifestam uma insatisfação generalizada com os problemas sociais gerados ou influenciados pelo capitalismo perverso, que falhou em constituir um Estado de bem-estar social com garantias plenas de direitos e condições mínimas de vida. Essa revolta se reflete na desconfiança das

¹⁹ A noção de “marxismo cultural” é frequentemente usada pela ultradireita para descrever uma suposta agenda de esquerda que visa “subverter a cultura Ocidental”. Segundo essa narrativa, intelectuais marxistas estariam se infiltrando, sorrateiramente, no cotidiano através da cultura e das instituições educacionais e políticas, para promover valores progressistas e “destruir” valores morais e cristãos.

²⁰ Políticas econômicas neoliberais referem-se a um conjunto de ideias econômicas que defendem a redução da intervenção do Estado na economia, promovendo privatizações, desregulamentações, aniquilação dos direitos trabalhistas e políticas fiscais conservadoras.

instituições e nas reiteradas promessas dos *establishments* políticos já desgastados por sucessivos escândalos de corrupção e pelos “sacrifícios” impostos ao povo em tempos de crises econômicas: “Na raiz da crise de legitimidade política está a crise financeira, transformada em crise econômica e do desemprego”. (Castells, 2018, p. 19). O avanço do autoritarismo, portanto, emerge como uma resposta social ao não cumprimento das promessas advindas do Estado de Direito Moderno²¹ pelas classes políticas. A persistência das disparidades sociais e econômicas desiludiu os cidadãos quanto às instituições que outrora deveriam protegê-los. Aliado a essa insatisfação, a extrema-direita utilizou-se dos meios digitais para propagar o neofascismo contra as instituições disfarçando e justificando seu autoritarismo como uma resposta rápida e decisiva a esses problemas. Isso se refletiu no contexto desinformacional que incorporou as pautas da ultradireita:

[As Fakes News] só possuem esse potencial tão amplo de disseminação em razão do contexto cultural e político propício que vivenciamos em grande parte do mundo, marcado por radicalizações políticas e por uma espécie de guerra ideológica que divide a sociedade em grupos antagônicos e rivais. (Alves; Maciel, 2020, p. 151).

Nesse contexto, a crise de representação política se traduz na negação dos princípios que estabelecem as democracias, o que coloca em risco as sociedades como um todo, pois o autoritarismo fundamenta seus interesses no individualismo que beneficia poucos, em detrimento dos interesses comuns, como afirma Manuel Castells: “A ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum”. (Castells, 2018, p. 6).

Deve-se ressaltar que essa revolta social em favor de partidos extremistas não é irracional; tampouco pode-se culpar a Internet por sua origem, já que tal movimento se usa apenas de suas ferramentas e de seu potencial de disseminação. A indignação se justifica, portanto, na “[...] cólera de alguns meios populares, que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais”. (Da empoli, 2019, p. 10). Ou seja, o empobrecimento social, as incertezas quanto às crises do presente e a insatisfação quanto aos maus resultados apresentados pelas elites governantes resultaram na:

[...] Subversão das instituições democráticas por caudilhos narcisistas que se apossam das molas do poder a partir da repugnância das pessoas com a podridão institucional e a injustiça social; **a manipulação midiática das esperanças frustradas por encantadores de serpentes** [...] (Castells, 2018, p. 150, grifo nosso).

²¹ O sociólogo Anthony Giddens afirma que a modernidade se caracteriza pela particularidade do sistema político, jurídico e administrativo do Estado Moderno, isto é, da própria lógica racional e burocrática idealizada por suas instituições. (Giddens, 1991).

Nesse sentido, poderíamos enquadrar essas pessoas como fascistas? Afinal, elas foram responsáveis pela eleição de figuras autoritárias como Donald Trump, Giorgia Meloni, Viktor Orbán, Javier Milei e Jair Bolsonaro, entre outros. Seria, porém, incoerente fazê-lo, visto que esses indivíduos apenas buscam uma solução para os problemas que vivenciam no cotidiano e foram manipulados pela narrativa neofascista. Além disso, em sua maioria, não compreendem o significado do termo fascismo e atribuem seu voto de protesto à sua “luta” contra um suposto comunismo que também não sabem definir, mas o relacionam à perversão dos costumes com base em fundamentalismos religiosos e o definem como uma ameaça à sua existência.²²

É evidente, portanto, que a extrema-direita se aproveitou do cenário de descrédito dos regimes democráticos para inundar o imediato com mentiras e influenciar a disseminação de um ideário conservador, preconceituoso e autoritário. As *fake news* tiveram um papel fundamental neste processo, na medida em que deram visibilidade aos radicais para inocular o ódio na sociedade. A capacidade de manipulação das informações demonstra o quão perigosas são as notícias falsas para as comunidades democráticas: “O fenômeno da desinformação tem uma dimensão claramente política, na medida em que pode moldar o que tomamos por realidade”. (Alves; Maciel, 2020, p. 148). Essas manipulações podem distorcer a percepção pública, influenciar pleitos e decisões políticas. Além disso, expandem-se para o campo do conhecimento científico, onde, sem nenhum método científico, negam e/ou distorcem dados com fins político-ideológicos. A ciência histórica, por exemplo, é utilizada para reescrever narrativas do passado, alinhando-as aos interesses desses grupos e visando à (re)construção de identidades que se adaptem ao extremismo.

²² Os depoimentos de cidadãos que participaram da invasão à sede dos três poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, podem sustentar essa argumentação. Em uma análise realizada pelo G1, observou-se, em primeiro lugar, que as motivações dos terroristas estavam alinhadas às alegações mentirosas e preconceituosas disseminadas pelo então presidente Jair Bolsonaro e seu grupo político. Nesse sentido, evidencia-se o potencial das *fake news* para manipular as mentalidades coletivas. Temas como uma suposta fraude eleitoral, o fechamento de igrejas, a ideologia de gênero e a luta contra a instalação do comunismo no país foram amplamente difundidos nas mídias digitais, sendo incorporadas às mentalidades de alguns segmentos populares. O uso político do medo e das emoções, por meio dessas pautas, mesmo que desconectadas da realidade, justificou o ódio e a violência direcionados à democracia brasileira. (Fernanda Calgaro *et al.*, 2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/13/em-depoimento-golpistas-presos-justificam-atos-terroristas-com-alegacoes-ja-utilizadas-por-bolsonaro-compare.ghtml>. Acesso em: 12 de ago. 2024

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS *FAKE NEWS*

3.1. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

O Ensino de História sempre esteve presente na sociedade brasileira. Ao longo do tempo, porém, a importância dada à disciplina, a abordagem adotada para análise dos fatos históricos e o papel atribuído aos alunos variaram consideravelmente. Nesse sentido, “Desde o início da organização do sistema escolar, a proposta de Ensino de História, voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer dos séculos XIX e XX.” (Bittencourt, 2005, p. 61). A moral baseava-se na religiosidade, ou seja, em textos de santos e personagens bíblicos que serviam como exemplos de caráter. A formação cívica era opcional e seguia as “[...] narrativas da vida e dos feitos de grandes personagens da vida pública selecionados como exemplo moral para as futuras gerações.” (Bittencourt, 2005, p. 62). A escola, enquanto instituição formadora das elites, tinha como função perspicua a alfabetização: “A escola elementar, após o Brasil se tornar um Estado independente e monárquico, era lugar destinado a ensinar a “ler, escrever e contar.” (Bittencourt, 2005, p. 61).

Já no final do século XIX, no contexto da abolição da escravatura, do rápido crescimento migratório e urbano, surgem debates acerca da ampliação da cidadania²³, visto que grande parte da população (imigrantes e ex-escravizados) não tinha direitos sociais e civis. A escola, então, recebeu a missão de ampliar sua atuação para garantir a esses grupos a alfabetização e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento de uma identidade nacional:

[...] com a introdução do regime político republicano e do direito de voto para os analfabetos, as políticas educacionais procuraram proporcionar a escolarização para um contingente social mais amplo, e novos programas curriculares buscaram sedimentar uma identidade nacional, por meio da homogeneização da cultura escolar no que diz respeito à existência de um passado único na constituição da nação.” (Bittencourt, 2005, p. 64).

O acesso de grupos historicamente excluídos à educação ocorreu de forma incompleta, visto que: “O Ensino de História na escola primária precisava assim integrar setores sociais anteriormente marginalizados no processo educacional sem, contudo, incluir nos programas curriculares a participação deles na construção da nação.” (Bittencourt, 2005, p. 64). Sendo assim, a identidade nacional idealizada pelas elites pautava-se na noção de que: “A genealogia

²³ “O conceito de cidadania servia para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade: cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro da ordem institucional.” (Bittencourt, 2005, p. 64). Ou seja, tal conceito visava, naquela época, preservar os privilégios dos grupos dirigentes, visto que os cidadãos comuns (marginalizados) não tinham possibilidade de vida fora da ordem institucional estabelecida.

da nação encontrava-se na Europa, e o mundo brasileiro era branco e cristão.” (Bittencourt, 2005, p. 83). A contribuição dos povos originários e do povo negro era negada:

A Identidade Nacional deveria sempre estar calcada na Europa – o berço da Nação – e de que a história nacional havia surgido naquele espaço. O povo brasileiro, constituído de mestiços, negros e índios, continuava alijado da memória histórica escolar e da galeria de heróis fundadores e organizadores do Estado-nação.” (Bittencourt, 2005, p. 81).

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação. A partir de então, o sistema de ensino nacional passou a ser gerido de forma mais centralizada, e os conteúdos ensinados passaram a seguir normas específicas redigidas pelo poder estatal. O Ensino de História, porém, continuava alicerçado em uma abordagem que priorizava o culto aos supostos “heróis da pátria” e a memorização dos conteúdos: “Aprender história significa[va] saber de cor nomes e fatos com suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiando nos cadernos” (Bittencourt, 2005, p. 67). A prática de ensino baseava-se na repetição oral, sem qualquer análise dos fatos históricos.

Em 1971, no contexto da Ditadura (1964-1985), o Ensino de História e Geografia foi substituído pelos Estudos Sociais²⁴. A união das disciplinas visava “integrar os alunos na sociedade” e “[...] explicar o mundo capitalista organizado segundo o regime democrático norte-americano.” (Bittencourt, 2005, p. 74). No entanto, essa junção resultou em um ensino superficial e sem criticidade, onde os docentes, sem formação adequada e sob repressão, deveriam lecionar ambas as temáticas. Além disso, temas sensíveis aos militares, como desigualdade, tortura, inflação e corrupção, eram censurados. Sendo assim, os “estudos históricos eram apêndices de uma geografia local e uma educação cívica que fornecia informações sobre a administração institucionalizada, sobre os símbolos pátrios e sobre os deveres do cidadão.” (Bittencourt, 2005, p. 76). As datas cívicas eram, portanto, sinônimos de “Ensino de História”.

A partir da década de 1980, sob os ventos da redemocratização, emergiu uma nova perspectiva educativa que prioriza não só mudanças nas técnicas e métodos de ensino, mas principalmente na ligação entre ensino e aprendizagem, sob influência do Construtivismo e dos pressupostos piagetianos. Essas ideias alteraram o Ensino de História:

As transformações no ensino de História podem ser identificadas mediante a análise de várias propostas curriculares elaboradas a partir de 1980 pelos Estados e municípios e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos pelo poder federal na segunda metade da década de 90. (Bittencourt, 2005, p. 99)

²⁴ Os Estudos Sociais foram introduzidos no sistema de ensino brasileiro em 1971, a partir da Lei 5.692, no contexto da ditadura. A partir dessa reforma, a educação foi dividida em 1º e 2º graus, sendo o segundo privilégio das elites, onde – unicamente – havia a disciplina de história.

Nesse sentido, esse novo paradigma educacional propunha uma escola que não visse os discentes como meros receptores de conteúdos disciplinares, mas como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem, visando sua formação para a cidadania plena:

Há, pois, um entendimento explícito e não mais oculto de que a escola não é apenas o “lugar” onde os alunos são alfabetizados ou obtêm informações de maneira sistematizada pelas disciplinas escolares, mas também a instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos. (Bittencourt, 2005, p. 106)

Baseado nessa concepção educacional, o Ensino de História deixou de servir exclusivamente para a legitimação dos Estados e de princípios patrióticos e moralizantes. Sua prática de ensino não visa mais o simples método decorativo dos fatos históricos, mas sim sua problematização (com o devido cuidado histórico) para análise dos seus efeitos ao longo do tempo e suas consequências na realidade das sociedades. Ou seja, o Ensino de História não é mais o estudo de um passado manipulado pelas classes dirigentes e sem utilidade prática para os grupos historicamente marginalizados²⁵. Sua concepção atual tem por objetivo a formação para a cidadania, capacitando plenamente os indivíduos a questionarem a história e entenderem as lógicas sociais, econômicas e políticas que fundamentam as sociedades no presente.

A História serviu inicialmente para legitimar um passado que explicasse a formação do Estado-nação e para desenvolver o espírito patriótico ou nacionalista. A contribuição do seu ensino para a constituição da identidade permanece, mas já não se limita a constituir e forjar uma identidade nacional. (Bittencourt, 2005, p. 121).

A contribuição da história tem se dado na formação de múltiplas identidades:

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. **A construção de identidades associa-se à formação da cidadania**, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular. (Bittencourt, 2005, p. 121, grifo nosso).

Nesse sentido, grupos sociais antes excluídos, marginalizados, estereotipados e perseguidos estão reivindicando suas identidades e buscando o reconhecimento de seu papel na história. Há agora a “Constituição de identidades entendidas em sua pluralidade – identidade individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade, assim como regional e

²⁵ “Os anos 1980 e boa parte da década de 1990 foram marcados por tentativas, dos professores e intelectuais preocupados com o ensino de história, de formulação de propostas que congregassem a nova identidade a formar junto aos alunos: nacional, mas também socialmente crítica, revisando a história dos vencedores e abrindo espaço para outras histórias, como a dos vencidos; tentando trazer o homem e a mulher comuns para a sala de aula e convencê-los do protagonismo essencial do povo nos processos históricos.” (Cerri, 2011, p. 107).

nacional.” (Bittencourt, 2005, p. 127). Esses diferentes indivíduos estão, portanto, afirmando suas identidades e lutando por direitos tradicionalmente negados.

Os segmentos sociais de extrema-direita, no atual contexto de avanço do neofascismo, não se utilizam apenas do negacionismo e do revisionismo histórico para moldar a historiografia a seus desígnios ideológicos e autoritários. A suposta “guerra cultural” contra a esquerda, que estaria desvirtuando a moral e os bons costumes e ocasionando as crises globais, está vinculada também às questões identitárias. O ensino de História, nesse sentido, é visto como impregnado de historiadores de esquerda que supostamente almejam doutrinar a sociedade, alterando princípios sociais e morais através do reconhecimento dessas identidades²⁶. Ou seja, os historiadores estariam incentivando a ideologia comunista, a ideologia de gênero, as culturas “satanistas” (afrodescendente e indígenas) e a inferiorização da população branca e cristã em favor de “minorias” (negros, indígenas, comunidades LGBTQ+, etc.).

Essa argumentação ideológica vem, portanto, impregnando as redes sociais e a educação. O ensino de História, especialmente a História do Tempo Presente do Brasil (HTP), é impactado por narrativas falsas que são disseminadas através dos meios digitais e chegam às salas de aula com objetivo de polarizar a sociedade, disseminar o ódio, desestabilizar o regime democrático e provocar a ascensão dos partidos neofascistas.

3.2. COMO O NEGACIONISMO E O REVISIONISMO AFETAM O ENSINO DA HTP?

Os extremistas de direita utilizam a disseminação de notícias falsas para criar uma realidade paralela na qual questionam os princípios sob os quais as sociedades modernas se fundamentam, com objetivos político-ideológicos de controle social. Usam-se de argumentos contrários ao comunismo e a toda uma suposta lógica social (imprensa, conhecimento científico, instituições, cultura, etc.) que, segundo eles, vem “destruindo valores patrióticos, morais e religiosos”. Por conta disso, instituíram:

[...] uma ecologia midiática alternativa, necessária em face do alegado cerco dos liberais e dos esquerdistas, para produzir informações, jornalísticas e científicas, para consumo próprio dos públicos da direita e em conformidade com seus princípios e valores. (Dourado; Gomes, 2019, p. 8).

²⁶ Há uma “desqualificação não apenas do conhecimento historiográfico produzido nas universidades brasileiras, mas também dos próprios historiadores, vistos como portadores de interesses ocultos, “doutrinadores” e defensores de ideologias socialistas.” (Valim; Avelar; Berber, 2021, p.25).

Essa ecologia midiática²⁷ é pautada pela pós-verdade e tem como ferramenta de propagação as mídias digitais, que são utilizadas para negar e deslegitimar o jornalismo profissional, as instituições e a produção científica baseada na racionalidade da ciência empírica. Nesse contexto, pode-se citar a História enquanto área do conhecimento que é atacada e manipulada por esses extremistas, que visam apagar e ressignificar fatos históricos em virtude de suas convicções e seus desejos pessoais e autoritários:

Na Internet, meio que se tornou rapidamente um veículo de comunicação de massa, cresce o número de redes sociais, blogs, canais no YouTube, sites, etc., que se dedicam, por vezes, a negar, desvirtuar, escamotear e mentir sobre diversos temas históricos já consolidados pela historiografia e metodologia histórica. (Borges, 2022, p. 14).

Esses grupos utilizam-se do negacionismo e do revisionismo para distorcer a história com propósitos políticos:

Negacionismo: narrativas históricas do passado, construídas no presente, que desconsideram embasamentos metodológico-científicos; falseamento de fatos históricos já consolidados pela historiografia; indeferimento ao conhecimento epistemológico de alguns temas históricos, baseado em ‘achismos’, uso exacerbado de defesas ideológicas de pontos de vista sobre eventos históricos e mentiras com uso intencional e político. O negacionismo ocorre quando há a tentativa de negar fatos que já estão amplamente documentados. (Borges, 2022, p. 21).

O revisionismo histórico, com suas formas deliberadas de falsificação ou apagamento daquilo que é considerado incômodo ou indesejável, pode ser compreendido nesse sentido como uma ação política que, na tentativa de produzir no mundo a transformação pretendida, distorce fatos para que possam servir a determinados propósitos. (Alves; Maciel, 2020, p. 149).

O negacionismo e o revisionismo, portanto, podem ser compreendidos como: “produtos políticos intrinsecamente articulados com a rede de propagação de *Fake News*, ligados à ascensão da extrema direita no Brasil”. (Borges, 2022, p. 31). Nesse cenário, o ensino de História é afetado tanto em relação à história nacional quanto mundial, por meio de uma análise ideológica que apaga e/ou reescreve a historiografia na Internet e chega às salas de aula:

O saber escolar, a história escolar e as aulas de história foram/são impactadas diretamente. Os embates sobre as mais variadas temáticas, alvos da retórica da negação - o terraplanismo, a escravidão colonial, a eficácia de vacinas, a ida do homem à lua, o aquecimento global, a existência de câmeras de gás em Auschwitz, o golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 do século XX, etc. -

²⁷ Essa ecologia midiática extremista no Brasil pode ser exemplificada por sites como: <https://www.brasilparalelo.com.br/>; www.tercalivre.com.br (suspensão por ordem do STF); <https://www.instagram.com/eusoumbc/>; <https://renovamidia.com.br/>; <https://sensoincomum.org/>; <https://www.conexaopolitica.com.br/>; <https://mbl.org.br/> e <https://www.folhapolitica.org/>. Páginas como: “Bolsonaro opressor 2.0, Direita conservadora, Comunicação e política, Isentões”, entre outros. (Borges, 2022, p. 14). Além de youtubers e políticos como: Nando Moura, Sara Winter, Raphaela Avena, Kim Kataguiuri, Daniel Silveira, Nikolas Ferreira, entre outros. Esses sites/indivíduos utilizam-se do sensacionalismo, do negacionismo (biológico, climático, geográfico) e da distorção de informações para disseminar mentiras na Internet com fins político-ideológicos, inclusive acerca de fatos históricos nacionais e mundiais.

encontram docentes despreparados para lidar com o indeferimento de seus saberes científicos e sua voz de professor. (Borges, 2022, p. 31).

A crítica se dá em razão de que essas narrativas históricas são manipuladas e distorcidas para legitimar a “verdade” desses grupos, que utilizam de mentiras e deturpações para se legitimar. A matança indígena, a escravidão, o racismo, a sociedade patriarcal, o machismo, a homofobia, o neocolonialismo, o nazifascismo, as torturas e mortes orquestradas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil, e todas as demais temáticas no campo dos direitos humanos, assim como as experiências socialistas, o nazifascismo, são temas que geram “polêmicas” em publicações, seja no Facebook, Twitter, Youtube ou WhatsApp, expandindo-se do virtual ao real. (Domingues, 2018, p. 1)

A manipulação das narrativas históricas pela extrema-direita baseia-se na tentativa de reescrever o passado para atender aos seus propósitos políticos no presente. Essa estratégia envolve a lógica da guerra cultural e o ataque às novas abordagens da historiografia. Nesse contexto, o reconhecimento das identidades tradicionalmente excluídas por políticas de reparação e proteção de memórias tornam-se alvos desses grupos, que as veem como ameaças por serem capazes de reduzir as históricas desigualdades sociais impostas a minorias e maiorias discriminadas. Ao mesmo tempo, tais grupos sentem que essas reivindicações ameaçam sua própria identidade, isto é, a habitual hegemonia do homem branco e a cultura do patriarcado na sociedade. Sendo assim, a instituição de uma guerra ao comunismo e às múltiplas identidades pode ser compreendida como uma estratégia para manutenção dos preconceitos e dos privilégios da branquitude/elite. Para os neofascistas, essa narrativa serve para conquistar o poder por meio de discursos que culpabilizam os indivíduos excluídos e marginalizados pelos problemas contemporâneos, alegando uma suposta degeneração dos valores e princípios morais e religiosos do Ocidente. A história, portanto, no contexto atual, é utilizada por agentes da ultradireita para negar e revisar a historiografia em resposta a políticas públicas progressistas, que são frequentemente relacionadas pelos extremistas à suposta presença do marxismo nas ciências e nas práticas culturais. Pode-se citar como exemplos a negação ou relativização da escravidão e suas consequências na atualidade em resposta às cotas raciais e à concepção de um racismo estrutural presente na sociedade; a negação ou relativização do genocídio indígena em resposta à demarcação de territórios e ao reconhecimento dos seus direitos; a alegação de uma imposição cultural comunista contrária aos “padrões morais da sociedade brasileira” em resposta ao reconhecimento dos direitos LGBT+; e a negação, relativização ou justificativa da Ditadura e de seus crimes contra uma suposta “ameaça comunista”; entre outros. Ou seja, as abordagens históricas de reconhecimento e reparação são usadas pelos extremistas como uma oportunidade para negar e reescrever a História de acordo com seus propósitos ideológicos. Eles se aproveitam das

múltiplas crises atuais, do descrédito dos políticos e das instituições, e das revoltas sociais contra as injustiças e desigualdades do presente para promover suas narrativas e sua ideologia nefasta. Essas narrativas são impulsionadas pela Internet e sua ampla capacidade de disseminação de informações.

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é uma das temáticas históricas mais questionadas e refutadas no atual contexto desinformativo. Os extremistas afirmam que não houve ditadura, tortura, censura ou repressão, apenas um combate ao comunismo. Descredibilizam a vasta documentação sobre o tema produzida por historiadores e baseiam suas análises em convicções políticas sem qualquer fundamento no conhecimento científico. Essas mentiras são disseminadas através dos meios digitais, gerando impactos na sociedade, na política e no próprio ensino de histórias nas escolas:

“O crescimento, nos últimos anos, desta memória que desvincula o período militar do seu caráter ditatorial e o associa a uma era de crescimento econômico, ordem social e orgulho patriótico, é inseparável da mobilização sistêmica do universo midiático digital por parte de grupos conservadores e de extrema direita”. (Valim; Avelar; Berber, 2021, p.25).

Nesse sentido, alunos passaram a apresentar conteúdos desinformativos sobre história nas salas de aulas, questionando e negando os conhecimentos da historiografia tradicional apresentados pelos professores. Os discentes utilizam materiais como o documentário “1964 – O Brasil entre Armas e Livros”²⁸, produzido pela empresa Brasil Paralelo²⁹, cujo objetivo é demonstrar que havia uma forte ameaça comunista no país e que a censura e a repressão não foram tão graves quanto os historiadores comunistas costumam afirmar. Este é apenas um exemplo da gama de conteúdos midiáticos³⁰ produzidos com alto investimento e propaganda,

²⁸ Documentário produzido pela empresa Brasil Paralelo, lançado em 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 29 mar. 2024.

²⁹ A empresa Brasil Paralelo é uma produtora de conteúdos midiáticos (livros, documentários, cursos, filmes, vídeos e textos) ideologicamente ligada à extrema-direita, com um viés conservador, anticomunista, negacionista e revisionista, contrário às noções já estabelecidas e abalizadas por cientistas, historiadores e jornalistas. Em relação à história nacional, a empresa afirma ter como propósito: “revisitar a história brasileira” e “resgatar aquilo que a população brasileira não pôde herdar, mas que tem a profunda certeza de que merece saber: a verdade”. Além disso, a BP declara ter como missão: “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”. (Brasil Paralelo, 2024, on-line). Mais informações em: <https://www.brasilparalelo.com.br/>.

³⁰ Em uma breve análise no YouTube, é possível encontrar facilmente conteúdos negacionistas e revisionistas sobre os mais variados temas e com produções muito bem elaboradas e financiadas. Vídeos que negam ou deturpam a Ditadura Militar – <https://www.youtube.com/watch?v=69PKe2rozqI> – Mamaefalei. Vídeos que relativizam/romantizam o Descobrimento do Brasil e as relações entre indígenas, colonizadores e jesuítas – <https://www.youtube.com/watch?v=Ovv-HKyDQwc&t=1s> e <https://www.youtube.com/watch?v=upfYnDG15SA&t=9s> – Brasil Paralelo. E vídeos que propagam a ideia de guerra cultural contra a esquerda e as afirmações das identidades (Existe racismo estrutural? | A doutrinação nas escolas | A crise na cultura, etc.), Brasil Paralelo – <https://www.youtube.com/watch?v=crz2yzNLYEA>, <https://www.youtube.com/watch?v=Xi34o4EFSCg-&t=1s>, e <https://www.youtube.com/watch?v=T7j3LQawEt0&t=1s>, entre outros. Vídeos acessados em: 10 jun. 2024.

que se aproveitam do contexto social e político atual para distorcer o conhecimento histórico sobre temáticas relativas à história do tempo presente no Brasil (HTP), especialmente no que se refere ao reconhecimento e defesa de memórias e identidades:

É nítido como as narrativas midiáticas adentram o campo da HTP do Brasil, sendo um dos temas mais recorrentes nas redes sociais, justamente, o período ditatorial. Essas diferentes mídias, estão marcadas pela disputa de memórias. Verbetes na Wikipédia, perfis e páginas do Facebook, memes e tantos outros elementos da cultura digital são acessados e ocupam um lugar privilegiado no gosto tanto de jovens quanto de adultos, atuando como uma forma corriqueira de ensino de história. (Domingues, 2018, p. 13)

Além disso, os achismos de não-historiadores disseminados no ciberespaço sobre diversos eventos históricos agora podem ser referendados por “historiadores” formados em instituições que se empenham em auxiliar a extrema-direita. Essas faculdades produzem conteúdos de cunho “científico” e “educativo” alinhados às concepções políticas e ideológicas desses grupos, formando “profissionais” que disseminam teorias conspiratórias, negando e revisando a historiografia tradicional. Nesse sentido, por exemplo, uma reportagem do site Brasil de Fato revelou um curso de ensino à distância de Licenciatura em História do Centro Universitário Ítalo Brasileiro, em parceria com a empresa Brasil Paralelo, de cunho “conservador” e que se dedica a “não omitir a versão cristã da História”. O curso defende a atuação dos jesuítas contra os indígenas, relativiza a escravidão, promove a defesa da monarquia e oferece uma análise preconceituosa e deturpada das culturas dos povos originários.³¹ (Brasil de Fato, 2024, on-line).

Isto posto, é perceptível que há uma “banalização da metodologia histórica nas redes sociais” (Borges, 2022, p. 29), sob a influência da extrema-direita, que distorce o passado com propósitos políticos no presente. Esse fenômeno ocorre a partir do desenvolvimento de uma ecologia midiática e até científica alternativa para avaliar suas teorias de acordo com suas preferências políticas, sociais e morais. Nesse processo, a Internet e as novas tecnologias da comunicação foram fundamentais na disseminação do negacionismo e do revisionismo, afetando a sociedade brasileira, suas instituições, os princípios democráticos e o próprio ensino de História nas universidades e nas escolas:

O surgimento de um cenário midiático-digital global facilitou a ampla disseminação da negação do Holocausto e de outras formas de negacionismo histórico. O universo virtual não apenas forneceu espaço para a proliferação das mais odiosas e ultrajantes informações, sob um véu relativo de anonimato e impunidade, como também permitiu que muitas pessoas pudessem contribuir com esses negacionismos de uma maneira fácil, simplesmente refazendo ou reunindo pedaços de informações encontradas no espaço virtual. (Valim; Avelar; Berber, 2021, p.18).

³¹ Para mais informações: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/17/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia>. Acesso em: 17 jul. 2024.

À vista deste cenário, os historiadores devem se questionar sobre qual é o papel da ciência histórica e do seu ensino no combate às *fake news* e na formação das identidades individuais e coletivas, a partir da constituição de uma consciência histórica no presente.

3.3. QUAL O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NO CONTEXTO ATUAL DE DESINFORMAÇÃO

Na atualidade, a ultradireita utiliza-se das *fake news* para manipular a história “[...] para dar significado à sociedade do tempo presente e seus projetos culturais, políticos e sociais de acordo com uma leitura enviesada do passado”. (Cerri, 2011, p. 10). Esse manejo ideológico passa pelas redes sociais, pelo cotidiano, pelas urnas e decisões políticas, e também chega às universidades e escolas. Isso ocorre muitas vezes devido à incapacidade dos indivíduos em analisar criticamente as notícias/narrativas recebidas sobre as mais diversas temáticas e problemáticas contemporâneas:

Em meio a disputas de narrativas, imersas em um turbilhão de informações – muitas vezes de cunho duvidoso e em grande parte enviesado -, encontram-se as pessoas, as quais, nem sempre, possuem uma formação crítica suficiente para analisar as informações que chegam até elas. Assim, aliado ao negacionismo, que atinge as mais variadas áreas do conhecimento, o revisionismo fajuto da História ganha, reiteradamente, mais espaço e força. Esse revisionismo da História responde a projetos de poder os quais, também, buscam, nos espaços de educação, legitimar suas narrativas como verdadeiras ou elucidativas. (Silva, S., 2021, p. 14)

Nesse sentido, partindo da noção de que a “História deve contribuir para a formação do cidadão crítico”³² (Bittencourt, 2005, p. 121), é importante definir seu papel no combate às *fake news* e na formação das identidades. Além disso, é essencial desmistificar os estereótipos construídos sobre a suposta influência dos historiadores na formação das consciências históricas dos discentes.

Segundo o historiador alemão Jörn Rüsen, em *Razão Histórica* (p. 78), (*apud* Cerri, 2007, p. 100), A consciência histórica pode ser entendida como: “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” Em outras palavras, a consciência histórica pode ser compreendida como:

³² (cidadão crítico, segundo o ensino de História) “O qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente — passado — presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado.” (Bittencourt, 2005, p. 122).

A busca por sentido a todo ser humano e à sua história, que se liga à história da coletividade. Temos a necessidade constante de atribuir sentido ao tempo, às origens do mundo, do nosso grupo e da humanidade. (Cerri, 2011, p. 14).

Sendo assim, o pensamento histórico configura-se como algo inerente a todos os seres humanos, isto é, não é opcional, não é um estágio ou meta a ser alcançado, não está relacionado a um período da história, e não está restrito a determinada localidade, cultura ou classe social. A consciência histórica é, portanto, natural a todos os indivíduos que percebem o avanço do tempo através das fases da vida, que buscam dar um sentido à sua existência e ao seu grupo social: “A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida humana.” (Cerri, 2007, p. 100).

Deve-se ressaltar que a “Consciência histórica [...] não se resume ao passado e à memória, mas às projeções que fazemos para o nosso futuro”. (Cerri, 2011, p. 15). Ou seja, a identidade individual é formada pela compreensão da sua trajetória de vida e é influenciada pelas experiências das identidades coletivas (que formam a cultura, os preceitos, os valores e a história de uma nação, por exemplo). Os caminhos que os indivíduos escolhem para suas vidas no presente estão diretamente relacionados às experiências individuais e coletivas do passado, que são levadas em consideração para a formação de planos futuros. Assim, pode-se dizer que o futuro é projetado com base no passado e é a significação que a sociedade dá ao passado no presente que decidirá o futuro: “Quem acreditamos que somos depende de quem acreditamos que fomos [...]” (Cerri, 2011, 15). Aqui está a ligação entre a consciência histórica e o ensino de História. Qual passado queremos como base para a sociedade do presente? Em um contexto de avanço do extremismo e de questionamentos científicos, que identidades a História pretende formar?

Nesse contexto, é fundamental compreender que, em tempos passados, os historiadores até poderiam exercer uma maior influência na formação histórica dos alunos. Em épocas em que a educação era mais excludente e precária, em que os níveis de alfabetização eram mais baixos, em que os docentes eram vistos como detentores do conhecimento e os discentes como meros receptores de informações. Em um período anterior às redes de comunicação de massa, à TV e ao Ciberespaço. Atualmente, porém, na Era da Informação, a interferência dos historiadores na formação das identidades e na constituição das consciências é decerto limitada: “[...] a influência do professor sobre as opiniões históricas do aluno é, no mínimo, limitada, como também é limitada a influência dos currículos oficiais de história sobre o trabalho do professor e seu resultado”. (Cerri, 2011, p.

44). Em um mundo globalizado e conectado, não há uma hegemonia dos docentes na concepção das interpretações históricas dos alunos. Na verdade, há cada vez mais influência da Internet, do contexto social, político e de princípios morais e religiosos:

[...] a formação histórica dos alunos depende apenas em parte da escola, e precisamos considerar com interesse cada vez maior o papel dos meios de comunicação de massa, da família e do meio imediato em que o aluno vive se quisermos alcançar a relação entre história ensinada e a consciência histórica dos alunos. (Cerri, 2011, p. 44)

Os problemas e as potencialidades do ensino-aprendizagem de história não estão restritos à relação professor-aluno na classe, mas envolvem o meio em que o aluno e o professor vivem, os conhecimentos e opiniões que circulam em suas famílias, na igreja ou outras instituições que frequentam e nos meios de comunicação de massa aos quais têm acesso. (Cerri, 2011, p. 54).

Portanto, o argumento ideológico utilizado pela extrema-direita para invalidar o conhecimento histórico produzido pelos historiadores sob a alegação de doutrinação nas universidades e escolas é inválido, visto que os docentes têm cada vez menos participação na constituição das consciências, das identidades e, por consequência, das concepções sobre cidadania.

Nesse contexto, o que cabe ao ensino História? Dentro das limitações de suas possibilidades de atuação, compete aos professores o compromisso de formação para a cidadania. Em outras palavras, o ensino de História deve atuar para prevenir o surgimento de “identidades não razoáveis” (Cerri, 2011), isto é, identidades que tenham o extremismo político como base, que em sua essência abrigam o ódio, o preconceito, a segregação, o racismo, a xenofobia, a homofobia, a violência, a fé cega na ciência, o fundamentalismo religioso, o negacionismo, a incapacidade do diálogo, o desrespeito às diferenças, o autoritarismo, enfim, o fascismo!

A formação de identidades que tenham como princípio a cidadania, o conhecimento científico e o respeito democrático dependem necessariamente da compreensão de que o advento das mídias digitais modificou as lógicas sociais e as formas pelas quais as pessoas veem, entendem, aprendem e interagem no mundo globalizado. Conforme apontado por Bittencourt: “As mudanças culturais provocadas pelos meios audiovisuais e pelos computadores são inevitáveis, pois geram sujeitos com novas habilidades e diferentes capacidades de entender o mundo”. (2005, p. 108). Sendo assim, a prática de uma educação emancipadora, que contribua para evitar a alienação, a formação de identidades extremistas, valorizar os Direitos Humanos e disseminar notícias, narrativas e memórias factuais, só será possível se a sociedade e os envolvidos na comunidade escolar compreenderem que tanto os

meios de comunicação tradicionais quanto os digitais promovem diferentes formas de ensino-aprendizagem. Como afirmou Baccaga: “Os meios de comunicação [...] são também educadores, e por eles passa também a construção da cidadania”. (2009, p. 32). Portanto, é evidente que a internet e suas redes de comunicação possuem um potencial educativo que, em alguns contextos, está sendo desvirtuado em prol de ataques sistemáticos às mais diversas ciências e instituições por parte de indivíduos com interesses escusos. Os educadores, com o auxílio do Estado e de outras pessoas envolvidas nas relações de ensino-aprendizagem, poderiam ocupar esse espaço virtual e promover a cidadania, mas ainda existe carência de recursos técnicos nas escolas e muitos docentes não possuem formação adequada para a utilização das mídias. Além disso, ainda há o receio e o preconceito quanto ao uso das redes por políticos, gestores e professores:

[...] há a exigência de novas interpretações aos atuais meios de comunicação que ultrapassam aquelas que os consideram degenerescência ou involução. Interpretações permeadas de preconceitos não possibilitam um entendimento das configurações culturais emergentes e, portanto, dificultam todo o diálogo com nossos alunos. (Bittencourt, 2005, p. 110)

À vista disso, é urgente que “os atuais métodos de ensino têm de se articular às novas tecnologias para que a escola possa se identificar com as novas gerações, pertencentes à “cultura das mídias” (Bittencourt, 2005, p. 107). Caso os educadores não tomem essa iniciativa, outros agentes, como a extrema-direita, continuarão a utilizar esses espaços para legitimar narrativas de maneira supostamente “educativa”, que desacreditam as ciências e atendam aos seus interesses econômicos e ideológicos, buscando cooptar adeptos para sua causa.

Nesse sentido, tornar-se fundamental que o sistema educacional fomente a formação de docentes para a utilização das TICs e disponibilize recursos técnicos para sua implementação no cotidiano escolar. Para além disso, “Ensinar os jovens a “filtrar” as informações antes de compartilhar é fundamental para reduzir a divulgação de notícias que não são reais e causam transtornos na sociedade.” (Silva, T., 2018, p. 12). Logo, pode-se indicar a Educomunicação como uma área do conhecimento que pode auxiliar o sistema educacional e, particularmente, o ensino de História, ao propor a inserção das TICs de maneira crítica nos conteúdos escolares, o letramento midiático como forma de combate às *fake news* (negacionismo/revisionismo, etc.) e uma nova *práxis* educativa baseada na construção do conhecimento através do diálogo democrático.

4 EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ALTERNATIVA AO AVANÇO DO EXTREMISMO?

4.1. O CONCEITO E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCOMUNICAÇÃO

O termo Educomunicação surgiu a partir de estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa no início do século XX. O intuito na época era pesquisar quais os impactos e as influências das mídias nas realidades de crianças e adolescentes. Além disso, visava formar indivíduos críticos, capazes de examinar as notícias de forma autônoma. Nesse sentido, o conceito educomunicativo se fundamenta na interface entre os campos da educação e da comunicação, ou seja, na busca pela leitura crítica dos meios de comunicação de massa e na mediação tecnológica dessas ferramentas para seu uso democrático e participativo na educação.

Na América Latina, os princípios educomunicativos firmaram-se com intensidade, originando cursos e debates que propuseram mudanças nos rumos das pesquisas sobre o tema. O objetivo não era apenas estudar o impacto das mensagens sobre os indivíduos, “[...], mas a relação que os receptores estabeleciam com os meios de comunicação, ou, em outras palavras, o modo como as audiências reagiam e se articulavam ao receber e ressignificar os conteúdos midiáticos”. (Soares, 2011, p. 34).

No Brasil, a trajetória da Educomunicação tem início a partir de uma pesquisa do Núcleo de Comunicação da USP:

O neologismo *Educommunication* havia sido pautado, nos anos 1980, pela UNESCO, como sinônimo de *Media Education*, para designar todo o esforço do campo educativo em relação aos efeitos dos meios de comunicação na formação de crianças e jovens. Entre 1997 e 1999, o Núcleo de Comunicação e Educação da USP realizou uma pesquisa, com fomento da FAPESP, junto a 176 especialistas de 12 países da América Latina, identificando a vigência de uma prática mais abrangente no seio da sociedade civil, que tomava a comunicação como eixo transversal das atividades de transformação social. Passou, então, o NCE/USP a ressemantizar o termo educomunicação para designar o conjunto destas ações que produzem o efeito de articular sujeitos sociais no espaço da interface comunicação/educação. No caso, à leitura crítica da mídia e à produção midiática por jovens soma-se o conceito de gestão da comunicação nos espaços educativos. (Soares, 2011, p. 11).

A partir dos estudos desenvolvidos por núcleos universitários e organizações não governamentais de diversos países da América Latina, foi constatado que:

[...] a inter-relação entre estas duas práticas sociais – a educação e a comunicação – já havia alcançado, em determinadas circunstâncias e sob perspectivas teórico-metodológicas específicas, uma densidade própria e se afirmava como um “campo de prática ou ‘intervenção social’ com grande potencial transformador. (Soares, 2011, p. 35).

Nesse contexto, ocorre a consolidação da Educomunicação como um novo campo de intervenção social, cujo objetivo é fomentar a criação de ecossistemas comunicativos³³. Trata-se de espaços educativos onde são implementados programas e produtos destinados a gerar ambientes de convivência e aprendizado, fundamentados nos princípios da inclusão, do diálogo democrático e do respeito às diferenças. Isso é alcançado levando em conta o potencial educativo da utilização de recursos tecnológicos nas abordagens educacionais, que se integram às realidades dos discentes e proporcionam um ensino-aprendizagem mais instigante e adequado. Além disso, essas abordagens que integram a educação, a comunicação e a tecnologia, visam à formação para a cidadania plena, possibilitando uma reflexão crítica sobre a convivência com os meios de comunicação e suas formas de utilização.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Educomunicação se concretiza através da criação e do fortalecimento de Ecossistemas Comunicativos. Sendo assim, um ambiente escolar organizado segundo este princípio caracteriza-se por uma *práxis* educativa em que todos os envolvidos no sistema de ensino compreendem que a escola não é a única detentora do conhecimento e reconhecem que o ensino e a aprendizagem podem ocorrer de múltiplas formas e em diferentes lugares, inclusive no Ciberespaço. Ao mesmo tempo, os discentes não são considerados inferiores ou meros depósitos de conteúdos escolares nas relações educacionais. Os alunos são tratados como iguais, com suas diferenças e especificidades respeitadas pela instituição, pelos professores e pelos gestores, através da promoção do diálogo democrático, construído no cotidiano escolar. Neste ambiente, o ato de aprender é entendido como um processo coletivo no qual toda a comunidade escolar está envolvida de maneira multidisciplinar. Os professores são percebidos como orientadores, com os alunos no centro do processo educativo e incentivados a desenvolver a criatividade e a criticidade. Afinal, o objetivo deste ecossistema é formar para a cidadania por meio de um ensino que cative os estudantes, conectando-se às suas realidades e visando ao estabelecimento de novas formas de diálogo e de aprendizado, tanto entre os indivíduos quanto com o próprio conhecimento, através dos meios tecnológicos. Assim, podemos dizer que:

Um ambiente escolar educacional caracteriza-se, justamente, pela opção de seus construtores pela abertura à participação, garantindo não apenas a boa convivência entre as pessoas (direção-docentes-estudantes), mas, simultaneamente, um efetivo diálogo sobre as práticas educativas (interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pedagogia de projetos), elementos que conformam a pedagogia da comunicação. (Soares, 2011, p. 45).

³³ O termo Ecossistema Comunicativo é “[...] usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de ações são implementados”. (Soares, 2011, p. 37).

A pedagogia da comunicação, por sua vez, é parte essencial da Educomunicação, pois visa formar para a leitura crítica das mídias e pode auxiliar no combate às *fake news* através de programas e/ou disciplinas que expliquem a importância dos cuidados ao receber e compartilhar informações dos meios tradicionais e digitais de comunicação. A educação para a comunicação, portanto:

[...] tem como objeto a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível interpessoal e grupal quanto no nível organizacional e massivo. Volta-se, em consequência, para o estudo do lugar dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto. Faz-se presente, entre outros modos, pela implementação de programas de recepção pedagogicamente organizados (*media education, educación en medios*), fundamentados na contribuição das ciências humanas. (Soares, 2011, p. 47).

Aliado à leitura crítica das mídias, a mediação tecnológica dos meios na educação é fundamental, pois se preocupa com o acesso democrático a essas tecnologias por crianças e adolescentes. Além disso, insere essas ferramentas nas lógicas educacionais, possibilitando a aproximação da escola com o contexto social dos discentes e garantindo que os espaços educativos assumam uma posição democrática, na qual os alunos possam se expressar livremente. Assim, a escola passa a exercer um papel mais decisivo na formação das identidades, atualizando seus métodos de convivência e de transmissão de conhecimento ao possibilitar o uso dos meios nas disciplinas, na criação de projetos e nas atuações sociais:

A mediação tecnológica na educação preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, garantindo, além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão. Trata-se de um espaço de vivência pedagógica muito próximo ao imaginário da criança e do adolescente, propiciando que não apenas dominem o manejo dos novos aparelhos, mas que criem projetos para o uso social das invenções que caracterizam a Era da Informação. Esta área aproxima-se das práticas relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sempre que entendidas como uma forma solidária e democrática de apropriação dos recursos técnicos. (Soares, 2011, p. 48).

Na conjuntura atual de desinformação, em que o conhecimento científico, o diálogo e as instituições democráticas são frequentemente negados, desprezados ou manipulados em prol de propósitos escusos, os princípios e objetivos que constituem a Educomunicação³⁴ podem servir como ferramentas fundamentais para reconfigurar as lógicas educacionais. Dessa forma, os agentes envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem podem direcionar o

³⁴ “A complexidade do fenômeno das *fake news* exige, portanto, medidas igualmente complexas, com abordagens transversais e multidisciplinares. Por ser um efeito colateral da cibercomunicação e depender, para a eficácia de suas estratégias, de um conjunto de conhecimentos e valores compartilhados por uma variedade imensa de comunidades que dividem o mesmo campo de experiências no ciberespaço, a educomunicação surge naturalmente como uma estratégia de intervenção. Como campo teórico-prático emergente na interface entre educação e comunicação, com linhas de atuação que desenvolvem a apropriação crítica do conteúdo midiático, de forma participativa e criativa, a educomunicação tem um importante papel reservado (embora ainda timidamente ocupado) na busca de soluções para o problema das *fake news*.” (Costa; Romanini, 2019, p. 72)

ambiente educativo e as disciplinas/conteúdos escolares para o efetivo combate às *fake news* e a formação crítica dos indivíduos. A História, enquanto disciplina formadora das concepções de cidadania, pode se utilizar das perspectivas educomunicativas para defender a historiografia com apoio das TICs, contra os negacionismos e revisionismos que circulam nas redes e influenciam o contexto social e político.

4.2 EDUCOMUNICAÇÃO, FAKE NEWS E ENSINO DE HISTÓRIA

Diante do cenário de desinformação impulsionado pelo mau uso das redes e pela manipulação ideológica das informações pela extrema-direita, torna-se evidente que “Na atualidade, é uma demanda da Historiografia e do ensino de História, refletir sobre o papel do professor de história frente às abordagens dos discursos negacionistas/revisionistas em sala de aula [...]”. (Borges, 2022, p. 20). Uma demanda que se expande a todo o campo educativo, que enfrenta o fenômeno da pós-verdade, no qual o conhecimento científico é desacreditado e o debate é pautado pelo manejo ideológico das emoções e opiniões dos indivíduos, visando seu uso político no cotidiano. É nesse contexto que a escola, e particularmente o ensino de História, deve atuar e reconfigurar as práticas educativas, visando a formação cidadã:

A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si. Nesse contexto, torna-se menos importante checar/verificar se algo aconteceu do que simplesmente acreditar que aconteceu (já que isso vai ao encontro da própria opinião ou perspectiva) [...] eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TICs – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários (Brasil, 2017, p. 68).

Nesse sentido, o letramento midiático e informacional, um dos princípios da Educomunicação, pode ser incorporado ao sistema de ensino através de uma disciplina que ensine aos alunos como e por que utilizar as mídias de forma adequada e consciente. Ao mesmo tempo, essa disciplina deve fomentar o desenvolvimento da criticidade em relação às notícias recebidas, promovendo a compreensão dos princípios e bases da informação e dos órgãos do jornalismo profissional. Desse modo, o letramento das mídias e das informações pode ser “[...] considerado como um direito da cidadania, sendo crucial para o funcionamento da democracia, pois o aumento da desinformação e da má informação tem um impacto muito

sério na esfera pública.” (Ferreira, 2021, p. 118). As consequências das *fake news* devem ser explicadas aos discentes, especialmente os riscos que elas trazem aos sistemas democráticos e às diversas ciências.

Numa conjuntura de avanço do extremismo e de disseminação do negacionismo, é essencial pensar o ensino-aprendizagem “[...] sobre a essência do sujeito receptor de informações, organizadas a partir de uma lógica que inclui consumir dados e produtos, incessantemente, com pouca reflexão e brevidade”. (Rodrigues *et al.*, 2019, p. 4). Ou seja, cabe à escola atualizar as formas de diálogo com os discentes e introduzir os elementos da cultura digital (TICs) vivenciados no cotidiano às práticas educativas. Somente assim será possível compreender as realidades dos indivíduos e ter uma participação mais ativa na formação das identidades e das concepções de cidadania. Antes de tudo, porém, é necessário vencer a resistência à implementação de mudanças nas percepções e nas metodologias educacionais que permeiam as relações de aprendizagem e de comunicação, em função de preconceitos que apontam os discentes como inferiores ou incapazes e que veem a educação como um mero repasse de informações, sem nenhum diálogo ou utilidade prática para os alunos:

O obstáculo maior é, na verdade, a resistência às mudanças nos processos de relacionamento no interior de boa parte dos ambientes educativos, reforçada, por outro lado, pelo modelo disponível da comunicação vigente, que prioriza, de igual forma, a mesma perspectiva hegemonicamente verticalista na relação entre emissor e receptor. (Soares, 2011, p. 37).

O avanço da desinformação pode ser atribuído a diversas causas, como revoltas sociais, guerras, crises econômicas, desesperança e infelicidade. No entanto, a relação dos discentes com as escolas também desempenha um papel decisivo no desenvolvimento do fenômeno das *fake news*. Quando a escola não se conecta aos contextos sociais dos alunos, adota abordagens reclusas e antiquadas, e não incentiva a participação e a criatividade nos processos de ensino-aprendizagem, acaba por desestimular e afastar os indivíduos do conhecimento. Assim, ela falha em seu papel de formar cidadãos críticos, capazes de atuar na sociedade, trabalhar e exercer plenamente a cidadania. Nesse sentido, as responsabilidades anteriormente atribuídas à escola estão sendo assumidas pelo senso comum, pelo cotidiano e, principalmente, pelo mundo virtual dominado pela extrema-direita. “O que falta na escola, os jovens buscam em outros espaços”. (Soares, 2011, p. 26). Ou seja, a escola “chata”, que não faz sentido nas realidades das crianças e adolescentes, deixa de ensinar (ou ensina de maneira arcaica e desconexa) os preceitos relacionados aos Direitos Humanos, à democracia, às instituições, ao respeito às diferenças e à possibilidade do diálogo e à convivência pacífica

entre os divergentes. Essa mesma argumentação se aplica ao ensino de História, quando conceitos como fascismo, nazismo, colonização e escravidão perdem sua importância em um ensino que não reconhece as transformações que a Internet e as redes sociais implementaram nas mentalidades, nas relações de afeto, nos modos de consumo e na aprendizagem. O negacionismo, o revisionismo, o preconceito e o ódio se alastram, evidenciando uma clara quebra de confiança entre o sistema de ensino e as novas gerações pertencentes à Era da Informação. A educação, que deveria ser um símbolo de resistência e esperança, revela-se apática e desconectada das realidades e das expectativas da juventude. Os múltiplos problemas contemporâneos emergem, contribuindo para o avanço do extremismo como suposta solução para as incertezas. A escola ideal não consegue florescer e nem gerar esperança no futuro:

[...] para quem está na escola, o que se aprende deve “fazer sentido”, ajudando a resolver problemas relevantes na vida real. Em termos ideais, a ação pedagógica deveria favorecer a convivência sustentável, a dignidade humana, a participação social produtiva, o que levaria, em última instância, à empregabilidade, à construção da cidadania e à democracia. (Soares, 2011, p. 51).

Apesar de reconhecermos certos abismos entre a cultura escolar e a cultura juvenil, entendemos que a escola precisa conectar-se com o mundo vivido pelos estudantes, até como função precípua desse espaço, que é orientar os discentes na compreensão do mundo para além da sala de aula ou muros dos centros de ensino. (Pimentel Junior, 2021, p. 18)

Diante desse cenário, a Educomunicação surge como uma alternativa importante, pois fundamenta-se na comunicação democrática e na criação de ecossistemas onde todos podem ter voz e participação ativa. Além disso, conecta-se aos contextos sociais dos discentes ao incorporar as TICs nas relações de ensino-aprendizagem. O ensino de História, por sua vez, pode se beneficiar das abordagens educacionais para restabelecer o diálogo e a confiança dos alunos na ciência histórica. Para isso, é essencial educar sobre o uso responsável das mídias e, principalmente, integrar os conteúdos escolares ao mundo digital, incentivando os discentes a ocupar, criar e disseminar seus aprendizados através dos meios de comunicação de massa. Assim, a História, guiada por sua metodologia científica, estará inserida no universo midiático sob orientação dos docentes. Suas bases metodológicas e seus critérios científicos serão evidenciados, destacando o que é fundamental, e desarmando os argumentos da extrema-direita. Isso reforçará a compreensão de que a História se fundamenta em fontes, vestígios e documentos, e não em opiniões, desejos ou achismos ideológicos. Este é um passo importante para demonstrar como o ensino de História pode desempenhar um papel de

destaque na defesa da democracia, no combate às *fake news* e na formação das identidades, dentro de suas atribuições educacionais:

O ensino de História pode ser ferramenta poderosa no esforço necessário para instrumentalizar a sociedade com mecanismos de identificação e combate às *Fake News*. Ao abordar a construção do conhecimento a partir da pesquisa e da contraposição de informações, do reforço da habilidade de interpretação e problematização, podemos constituir uma compreensão mais apurada do processo de criação e divulgação de informações, seus interesses econômicos, ideológicos e culturais. (Reisdorfer, 2018, p. 427)

A consolidação de uma educação emancipadora, guiada pelos princípios da cidadania, passa necessariamente por pensá-la através de uma visão educomunicativa, o que pressupõe mudanças nos paradigmas de ensino que definem os agentes envolvidos nos processos educativos, seus papéis e objetivos. Nesse contexto, cabe à escola “[...] identificar e, se necessário, rever as práticas comunicativas que caracterizam e norteiam as relações entre a direção, os professores e os alunos no ambiente educativo”. (Soares, 2011, p. 19). Ou seja, é necessário colocar em prática uma nova *práxis* educativa/comunicativa.

Quanto aos alunos, é fundamental vê-los como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, não apenas dialogando a partir do ambiente em que vivem, mas incorporando efetivamente o cotidiano nas práticas de ensino, utilizando as TICs e a cultura juvenil. Somente assim, a escola (e o ensino de História) poderá instigar o interesse dos discentes e retomar um papel decisivo na formação das identidades e na construção da cidadania. Os ambientes de ensino devem, portanto, empenhar-se em projetos que facilitem que os:

[...] educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educomunicativos legitimados por criatividade e coerência epistemológica. (Soares, 2011, p. 19).

Aos docentes, é urgente que reavaliem suas práticas educativas, livrando-se de concepções preconceituosas e conservadoras sobre o papel dos educandos e das TICs nos processos de ensino-aprendizagem. Assim, “Aos professores, é necessário que possam também se apropriar das ferramentas de tecnologias digitais com o intuito de melhorar o ensino e construir conhecimento com os discentes de forma integrada [...]”. (Pimentel Junior, 2021, p. 29). Se a educação não trouxer sentido à realidade, os alunos buscarão respostas para as incertezas do presente em outros locais e com outros indivíduos. A extrema-direita está à espreita, pronta para disseminar o negacionismo e o ódio ideológico sob disfarce de argumentos supostamente educativos, mas com interesses políticos e autoritários evidentes. Nesse contexto, cabe ao professor estabelecer um espaço democrático e aberto ao diálogo

para combater as *fake news* e conscientizar a comunidade escolar. Para isso, é fundamental que ele saiba utilizar as Tecnologias da Comunicação e da Informação, além de implementá-las de maneira eficaz na sala de aula, alinhando-as aos princípios educacionais:

Ao ter esta habilidade em manipular a *web* e conseguir se inserir no ciberespaço, é que o educador poderá ser o mediador de conflitos que chegam à sala através de notícias mentirosas. Além de ser uma boa oportunidade de realizar um trabalho interdisciplinar, trazer o debate sobre questões polêmicas e duvidosas é um momento de ouvir e ter uma percepção do que o jovem pensa a respeito do assunto tratado e como ele lida com isso, se acreditando, repassando ou pesquisando sobre. (Pacheco; Paiva, 2022, p.15)

[o professor] [...] educador, é o que tem, entre suas funções, o papel de introduzir a mídia na sala de aula, orientando ou propondo, por exemplo, estratégias para a utilização didático-pedagógica do jornal, da televisão e da Internet no espaço escolar. (Soares, 2011, 54).

Nesse sentido, deve-se ressaltar que o uso das TICs nos processos educativos só será eficaz se estiver alinhado a uma abordagem com objetivos claros e resultados que possam ser alcançados no cotidiano. Como destaca Ismar Soares, “Com relação às tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos”. (2011, p. 18). A implementação de abordagens educacionais na educação, especialmente no ensino de História, visa tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo para os discentes e restaurar o papel da escola na formação das identidades e da cidadania. Embora essa função tenha sido usurpada pela extrema-direita através dos meios digitais, ela pertence, de fato, às instituições educacionais. O objetivo, afinal, é que a interface entre educação, comunicação e tecnologia combata eficazmente às *fake news*, o revisionismo histórico e o negacionismo nas diversas ciências, capacitando a sociedade para enfrentar o fascismo, as identidades não razoáveis e as mentiras disseminadas pelos meios digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do autoritarismo é uma realidade. As milícias digitais de extrema-direita ocupam o Ciberespaço e utilizam as *fake news* como ferramenta para desestabilizar os Estados democráticos e refutar o conhecimento científico. Através desse *modus operandi*, disseminam o ódio, o conservadorismo moral e os princípios neofacistas. Os partidos extremistas ganham força ao manipular, através das mídias, as frustrações e desesperanças das pessoas em relação às incertezas do presente e às decepções com as classes dirigentes. Nesse contexto, o espaço para o diálogo e a convivência entre aqueles que pensam de forma diferente é restringido, colocando em xeque os preceitos que sustentam as instituições democráticas, como a tolerância à diversidade de opiniões, o respeito à individualidade alheia, o reconhecimento de acordos em benefício do coletivo, a aceitação dos processos eleitorais dentro das normas constitucionais e a confiança crítica nas instituições e no conhecimento científico. Inserido nesse cenário, atos como a invasão e depredação do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, na capital federal Brasília, tornam-se banais, e a lógica irracional que lhes deu origem parece cada vez mais presente nas mentalidades manipuladas pelo sectarismo ideológico disseminado pela ultradireita.

Na atual conjuntura de múltiplos desafios globais, a crise dos regimes democráticos se destaca, porque os indivíduos esperam que a estrutura democrática ofereça respostas e soluções para os problemas contemporâneos, pois é a partir das lógicas institucionais que surgem a confiança e a esperança em projetos de sociedade e futuro. Nesse sentido, o edifício de direitos e valores que constitui o Estado Democrático de Direito vem sendo demolido aos poucos, reflexo de sua própria incapacidade de lidar com as consequências do capitalismo perverso, que inviabiliza a redução das desigualdades e a plena prática da cidadania no cotidiano. Essa incapacidade gera um sentimento de revolta popular que busca soluções para as crises globais em figuras extremistas.

Dentro desse cenário, o ensino de História é seriamente afetado. O negacionismo e o revisionismo são usados para manipular as identidades coletivas em prol de narrativas que sustentem os princípios neofacistas, apresentando respostas ideológicas para os problemas contemporâneos. Essas narrativas idealizam supostas soluções baseadas na criação de inimigos, fomentam a desconfiança sustentada por teorias conspiratórias e promovem a divisão da sociedade a partir de preconceitos relacionados à raça, gênero, religião, entre outros. A ciência histórica é rotulada como “esquerdista”, e suas produções são enquadradas

pelos extremistas na lógica da guerra cultural contra o marxismo, que, segundo eles, se manifesta na cultura por meio também das novas abordagens historiográficas que reconhecem as múltiplas identidades e defendem suas memórias. Essa perspectiva contrasta com os princípios civilizatórios de moralidade e religiosidade defendidos pela extrema-direita em relação à civilização Ocidental. Desse modo, o ensino de História, especialmente os conceitos e conteúdos relacionados à História do Tempo Presente (HTP), tanto mundial quanto nacional, que buscam dar voz aos indivíduos historicamente marginalizados e oprimidos, tornam-se alvos de ataques e de manipulações ideológicas no Ciberespaço, no cotidiano e na política. A situação se agrava ainda mais quando essas abordagens históricas inspiram a criação de políticas públicas progressistas, que têm como objetivo reduzir as desigualdades e combater os estigmas decorrentes das injustiças seculares impostas a determinados grupos/indivíduos.

À vista desse cenário, este trabalho apresenta o conceito de Educomunicação como uma alternativa viável para combater as *fake news* na educação e no ensino de História, através da promoção da educação midiática, da inserção das TICs nos conteúdos escolares e da idealização de uma nova *práxis* educativa baseada na criação de Ecossistemas Comunicativos que incentivem o diálogo democrático. Assim, busca-se que o sistema de ensino reassuma seu papel de destaque na formação das identidades e nas concepções de cidadania. Em suma, almeja-se que a educação, sob uma perspectiva educ comunicativa, apesar de suas limitações, contribua para conter o avanço do extremismo e o fenômeno da pós-verdade, promovendo um ensino que relembre a importância dos valores humanitários e democráticos vivenciados no passado durante os primeiros anos da Redemocratização (embora que de maneira curta e nem sempre sem tutela) pela sociedade brasileira.

A Educomunicação, enquanto eixo transversal ao currículo, traz, portanto, para o Ensino Médio, a perspectiva da educação para a vida, do sabor da convivência, da construção da democracia, da valorização dos sujeitos, da criatividade, da capacidade de identificar para que serve o conjunto dos conhecimentos compartilhados através da grade curricular. (Soares, 2011, p. 45).

É importante ressaltar que este trabalho não tem por finalidade esgotar as discussões sobre o tema, tampouco busca afirmar a Educomunicação como único caminho viável para o enfrentamento das consequências das manipulações midiáticas na educação e no ensino de História. No entanto, em um contexto de rápido avanço da extrema-direita, de retrocessos democráticos e de questionamentos científicos, essa abordagem busca se distanciar das alternativas polêmicas comumente adotadas pelos Estados para enfrentar essa problemática. Embora as discussões frequentemente se concentrem na criminalização dos agentes que

disseminam *fake news*, essa solução enfrenta desafios significativos, como a falta de critérios claros, o que abre brechas para o uso político das restrições. Isso poderia resultar em censura e representar uma grave ameaça à liberdade de expressão. A liberdade é um pilar fundamental da democracia, mas não é ilimitada. O desafio, portanto, reside em determinar quais indivíduos, legislações ou instituições podem definir limites claros ao seu uso, de maneira justa, sem influências ideológicas e com pleno respaldo social. Há uma preocupação legítima de que essas legislações possam ser empregadas pelas elites governantes ou até mesmo por regimes fascistas, caso cheguem ao poder, para perseguir opositores e silenciar protestos da sociedade civil, utilizando os mecanismos de controle digital para seu próprio benefício.

Outra sugestão é delegar às empresas que controlam as redes sociais a responsabilidade pelo combate às mentiras disseminadas no Ciberespaço. No entanto, seria coerente conceder ainda mais poder a esses monopólios digitais para regular o que as pessoas podem ou não acessar na Internet? Afinal, essas empresas atuam em prol do lucro, e não necessariamente em defesa da democracia e dos princípios humanísticos. Nesse sentido, é importante destacar que não existe uma solução única para esse problema. Porém, no que tange ao enfrentamento da desinformação no âmbito educacional, a Educomunicação se apresenta como uma alternativa sólida para restabelecer a confiança na legitimidade das instituições e da ciência, por meio do diálogo democrático e do letramento midiático e informacional. Contudo, é fundamental salientar que a implementação da abordagem educacional e a obtenção de resultados requerem tempo. Ou seja, diante do rápido avanço dos movimentos políticos de extrema-direita e da iminente ameaça às democracias, é necessário refletir se ainda há tempo para colocar em prática os preceitos educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marco Antônio Souza; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O Fenômeno das Fake News: definição, combate e contexto. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 144-171, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/>. Acesso em: 29 de mar. 2024.
- AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história. **Brasil de Fato**, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/17/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- BACCEGA, Maria A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v14i3p19-28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BORGES, Ianni Sousa. **O negacionismo em sala de aula: e agora professor (a)?**. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.498>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017, p.68.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Zahar, 2018.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- _____. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, p.93-112, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- CHAUVEAU, Agnes. TÉTART, Philippe. **Questões Para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.p.7-37.
- CORRÊA, Fabiano Simões. **Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da internet**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. DOI:10.11606/D.59.2013.tde-08102013-162610. Acesso em: 29 mar. 2024.
- COSTA, Maria C. C.; ROMANINI, Anderson V. A Educomunicação na batalha contra as fake news. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 66-77, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v24i2p66-77. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165125>. Acesso em: 21 ago. 2023.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. 3. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

DOMINGUES, Vanessa dos Reis. **Ensino de história do tempo presente na era das redes sociais**. 2018. 94 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197053>. Acesso em: 21 ago. 2023.

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política VIII**, 2019, Brasília. O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política? [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Dourado_Gomes.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

FERREIRA, Eliana Santana. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 96-128, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/26582>. Acesso em 29 de mar. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUIMÓN, PABLO. “O ‘Brexit’ não teria acontecido sem a Cambridge Analytica”. **EL PAÍS**, Londres, 26 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765_703094.html. Acesso em: 22 ago. 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 272 p. ISBN - 13: 978- 8537818008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. 272 p.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. A rede ao sul da américa: um ensaio sobre a argentina e a extrema-direita na internet (1996-2007). **Boletim do Tempo Presente**, [s. l.], n. 04, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/4198/3503>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PACHECO, Larissa Cristina; PAIVA, Viviane Aparecida da Silva. A. Fato e fake: desconstruindo as fake news através do ensino de história. **Revista Antígona**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/15322>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PIMENTEL JUNIOR, Francisco das Chagas Caldas. **Fake news e o Ensino de História na Escola Dr. Antonio Jorge Dino, em São Luís - MA, entre os anos de 2018 e 2021**. 2021. Dissertação – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado profissional em ensino de História, Araguaína, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4373>. Acesso em 29 de mar. 2024.

PRIVACIDADE HACKEADA. Direção: Karim Amer e Jehane Noujaim. Europa: Netflix, 2019. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/>. Acesso em: 22 de ago. 2023.

REISDORFER, Thiago. **Fake News em sala de aula: O Ensino de História e a Informação no Tempo Presente.** In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José. (Org.). *Aprendizagens Históricas: Mídias, Fontes e Transversais*. 1ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2018, v., p. 427-433.

RODRIGUES, Gabriela Luzia S. et al. Educomunicação em tempos de fake news: entre conceitos e práticas. In: **Anais do VIII CONINTER.** Maceió, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337289513_EDUCOMUNICACAO_EM_TEMPOS_DE_FAKE_NEWS_ENTRE_CONCEITOS_E_PRATICAS. Acesso em: 22 ago. 2023.

Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. Os fascismos. In: FILHO, Daniel Aarão Reis et al, (org.). **Livro O Século XX. O Tempo das Crises - Coleção História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 109-163.

SILVA, Karla; MAYNARD, Dilton. Intolerância Digital: história, extrema-direita e cibercultura (1996-2009). **Scientia Plena**, [S. l.], v. 6, n. 12(b), 2011. Disponível em: <https://www.scientiaplenua.org.br/sp/article/view/322>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, Samira da. **Revisionismo, história e negacionismo: uma análise a partir das produções midiáticas do Brasil paralelo.** 2021. 33 p. Artigo (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17229>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SILVA, Tammi Schalm da. **Fake News: como ensinar os alunos a lidarem com essa realidade?.** 2018. 53 p. Dissertação (Especialização em Mídias na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203240>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas. 2011.

SOUZA, Vitoria Teixeira de; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. De junho de 2013 à extrema direita representada pelo bolsonarismo: a relação entre os rumos políticos do brasil e as redes sociais. **X Jornada Internacional Políticas Públicas**, [S. l.], 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

UNESCO. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo.** França: [s. n.], 2019. 130 p. ISBN 978-85-7652-240-9. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/jornalismo-fake-news-desinformacao>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BERBER, Bevernage. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqXgYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VIANNA, Lucas Oliveira; MENDONÇA, Matheus Thiago Carvalho. O problema das fake news e a crise da democracia liberal na era da pós-verdade. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 59–87, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38301>. Acesso em: 29 mar. 2024.

WARDLE, Claire. **FAKE News, It's complicated** [S. l.], 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 21 ago. 2023.